



GP-45126
Em concordância com o
p-1-w, de acordo com a natureza
do procedimento de classificação
de bens culturais
12-05-2025

Atendendo a que o signatário foi um dos autores da informação técnica em apreço, coloca-se à consideração superior a decisão, sem deixar de referir, no entanto, que a Doutora Paula Figueiredo, Chefe de Divisão à época, é especialista na tipologia em referência.

José Soeiro
Presidente
Património Cultural, I.P.

Paulo Lebre Duarte
Diretor do Departamento dos Bens Culturais
02.05.2025

Assinado por: PAULO TAVARES LEBRE DIAS
DUARTE
Num. de Identificação: 05536512
Data: 2025.05.02 18:26:11+01'00'

A integridade do edifício,
de cunco e de sua estrutura
hidráulica, justifica a classi-
ficação como valor nacional,
pelo que concorda com a
proposta.

A consideração superior,
INFORMAÇÃO N.º 2200/DICA/2022

DATA: 15.12.2022 CS: 1636979

PROCESSO N.º: 99/3(21) – CSP 17639

ASSUNTO: Proposta de abertura do procedimento de classificação da **Quinta do Conventinho, Antigo Convento do Espírito Santo, incluindo a Alameda das Amoreiras**, na encosta da Mealhada, com acesso a partir da EN8, Km 4.3, Santo António dos Cavaleiros, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, distrito de Lisboa.

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural)¹.
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda), nomeadamente o artigo 43.º, que refere que a zona especial de proteção

¹ Nomeadamente o disposto no artigo 17.º - Critérios genéricos de apreciação: a) O carácter matricial do bem; b) O génio do respetivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado, e o artigo 54.º que determina, nomeadamente, o estabelecimento de restrições.

2. ANTECEDENTES RELEVANTES

- 2.1. Em 09.09.1999, a Câmara Municipal de Loures (CML) requereu ao IPPAR a classificação da Quinta do Conventinho, situada na freguesia de Santo António dos Cavaleiros. À data o Imóvel já funcionava como sede do Museu Municipal de Loures.
- 2.2. Em 02.12.1999, o IPPAR solicitou elementos (requerimento, projeto, fotografias, bibliografia, etc.) tendo em vista a correta instrução do processo de classificação. O projeto enviado respeitava somente ao 'Projeto de Remodelação e Restauro da Quinta do Conventinho', sem reportar a situação anterior à intervenção (vulgo 'amarelos e encarnados'), o mesmo acontecendo com o levantamento fotográfico que apenas respeitava à obra de musealização entretanto realizada. Na sequência de uma visita ao imóvel (16.01.2003) e de novo ofício do IPPAR, foi enviado o projeto de arquitetura completo (13.05.2003), ficando a faltar o programa museológico, a análise histórica / arqueológica e o levantamento fotográfico respeitante, quer ao momento anterior à intervenção, quer ao decorrer da obra. Como esses elementos não foram enviados o procedimento ficou suspenso.
- 2.3. Em 01.06.2021, deu entrada na DGPC uma mensagem de correio eletrónico, remetida pela Câmara Municipal de Loures, com o 'Requerimento de abertura do procedimento de classificação da Quinta do Conventinho', em que se propõe a sua classificação como monumento de interesse público, acompanhada do «Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis».
- 2.4. Em 09.06.2021, a Dra. Teresa Albino, Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial (DPIMI), despachou o processo para os signatários efetuarem a análise e consequente informação.
- 2.5. Em 08.07.2022, efetuou-se uma visita técnica à Quinta do Conventinho, que contou com as presenças do Dr. Manuel Villaverde (DPGU/DPU), da Arq.ª Fernanda Ferreira (DPGU/DPU) e da Dr.ª Ana Raquel Silva (arqueóloga – DCDJ/DC), por parte da CM Loures, e dos signatários da presente informação.



FIGURA 1 – Vista da Quinta do Conventinho, a partir de sudoeste em direção ao vale de Loures [FONTE: Proposta de classificação, 2000].

2.6. A CML enviou agora os elementos que visam colmatar as falhas de instrução anteriormente referenciadas:

- ‘Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis’, com estudo histórico / artístico e levantamento fotográfico;
- Bibliografia atualizada;
- Relatório de intervenção arqueológica realizada na capela e claustro;
- Publicação intitulada *De conventinho, a quinta: O novo Museu Municipal de Loures: Quinta do Conventinho*, CML, 1998;
- Publicação intitulada *De Convento a Conventinho – Biografia de um espaço*, CML, 2009.
- Três plantas síntese com a cronologia e identificação funcional dos diferentes espaços do conjunto².

² Elementos enviados via correio eletrónico, em 13.07.2021.



3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

3.1. Plano Diretor Municipal de Loures (PDML)

O Plano Diretor Municipal de Loures (PDM Loures) foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, através do Aviso n.º 6808/2015, de 18 de junho, e alterado através do Aviso n.º 1676/2018, de 6 de fevereiro, DR, n.º 26, 2.ª série, e objeto de correção material através do Aviso n.º 17753/2019, de 8 de novembro, DR, n.º 215, 2.ª série.

No que respeita à Quinta do Conventinho há a assinalar:

«Ordenamento

Classificação e Qualificação do Solo: Solo Urbano: Solo Urbanizado: Espaços Verdes: Verde de Recreio e Lazer.

Estrutura patrimonial

- Valores patrimoniais identificados na Carta da Estrutura Patrimonial, na Carta de Condicionantes e Anexo I ao RPDM:
- Valores Isolados; VI186 – Quinta do Conventinho;
- Valores com Interesse Paisagístico;
- Q77 – Valores com Interesse Paisagístico; Quinta com Interesse Cultural e de Recreio; Quinta do Conventinho;
- Valores Arqueológicos;
- A183 – Área de Valor Arqueológico, grau 1.

Condicionantes

Estrutura Ecológica Municipal, Nível Local. Áreas Vitais.

Outras Condicionantes I. Equipamentos e Infraestruturas. Aeroporto.»³

A análise do RPDM Loures permite-nos concluir que a Quinta do Conventinho, embora não esteja inventariada (I), está identificada como 'Valor Isolado' (VI186) e como 'Valor com Interesse paisagístico' (Quinta com Interesse paisagístico: Q77).

No que respeita ao território envolvente, é abrangido por três categorias de solo:

³ Quinta do Conventinho – Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Público, p. 4.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- “Solo urbano: Solo urbanizável: Espaços verdes: Verde de recreio e lazer” [mancha encarnada (1) na Figura 2].
- “Solo rural: espaços agrícolas e florestais: Produção: Outras áreas agrícolas prioritárias” [mancha amarela (2) na Figura 2];
- “Solo Rural: Espaços Agrícolas e Florestais: Produção: Áreas Agrícolas Prioritárias de Baixas Aluvionares” [mancha amarela-esverdeada (3) na Figura 2].



FIGURA 2 – PDM Loures – Extrato da Carta de Ordenamento com sinalização da Quinta do Conventinho (círculo laranja) e da classificação do solo na sua envolvente.

[FONTE: <https://geoweb1.cm-loures.pt/MuniSIG/Htm5Viewer/index.html?viewer=MapaGeral.MapaGeral>]

PM
M



3.2. UNIDADE DE EXECUÇÃO⁴ – Encosta do Conventinho⁵

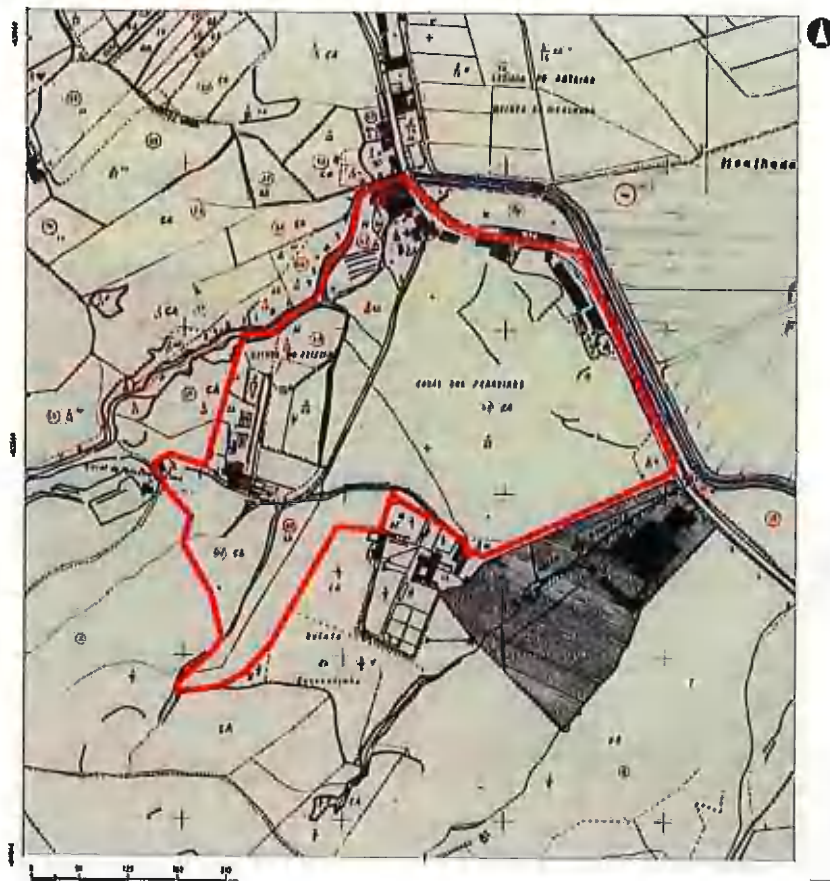


FIGURA 3 – PDM Loures – Unidade de Execução da Encosta do Conventinho. A linha tracejada a encarnado assinala o 'Limite da Área de Estudo da Encosta do Conventinho'⁶.

⁴ RPDM Loures: «Artigo 193.º Unidades de Execução

1. As unidades de execução correspondem a uma porção de território delimitada para efeitos de execução de um instrumento de planeamento territorial e consistem na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística, com a identificação de todos os prédios abrangidos.
2. A delimitação das unidades de execução deverá um desenvolvimento urbano harmonioso e a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos, devendo integrar áreas a afetar a espaços públicos e/ou equipamentos.
3. A Câmara Municipal, por iniciativa própria ou a requerimento dos proprietários interessados, pode delimitar unidades de execução para qualquer parte do território municipal.»

⁵ Esta Unidade de Execução não se encontra em vigor, tendo os seus Termos de Referência (TR) sido alvo de segunda Discussão Pública, entre 20 de agosto e 15 de novembro de 2021.

⁶ Encosta do Conventinho – Relatório de Ponderação da Discussão Pública, Área de Estudo – Mealhada-Loures – Proposta para delimitação de Unidade de Execução, CML, julho de 2021, pp. 2-3. <https://www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20210818103651642.pdf>.

O modelo estratégico desta Unidade de Execução (EU) apresenta, como alguns dos seus principais objetivos, «A captação desta área da cidade para a expansão do Parque da Cidade, agregada a uma nova frente urbana ordenada e concentrada ao longo do principal eixo viário, afigura-se como uma prioridade estratégica para a concretização da qualificação e desenvolvimento da cidade de Loures. // Preconiza-se concretizar um sistema de espaços públicos integrados numa rede de Parques e percursos de ligação entre elementos culturais e equipamentos presentes na cidade de Loures, agregados a um tecido urbano qualificado e multifuncional. (...) A concretização desta área, através das valências naturais e urbanas, irá aproximar a Quinta do Conventinho ao centro da cidade de Loures e potenciar-se como importante equipamento cultural, arquitetónico e artístico.»⁷

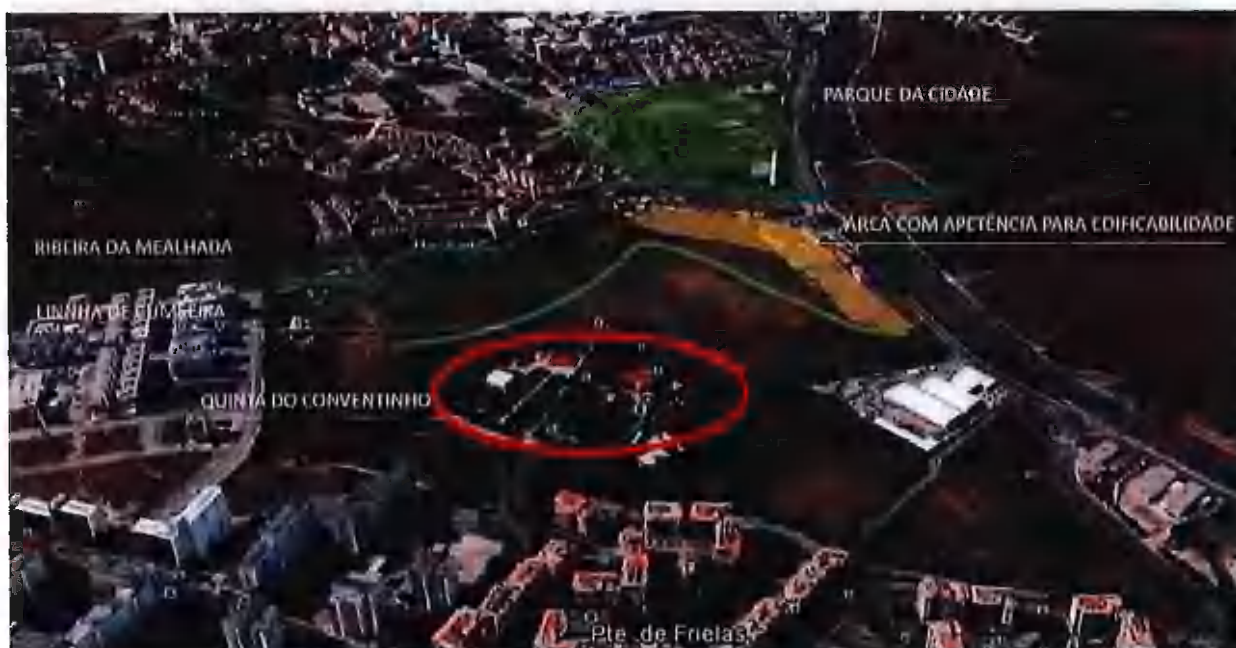


FIGURA 4 – Esquema 3, p. 36, Unidade de Execução – Encosta do Conventinho.

⁷ Idem., p. 35.

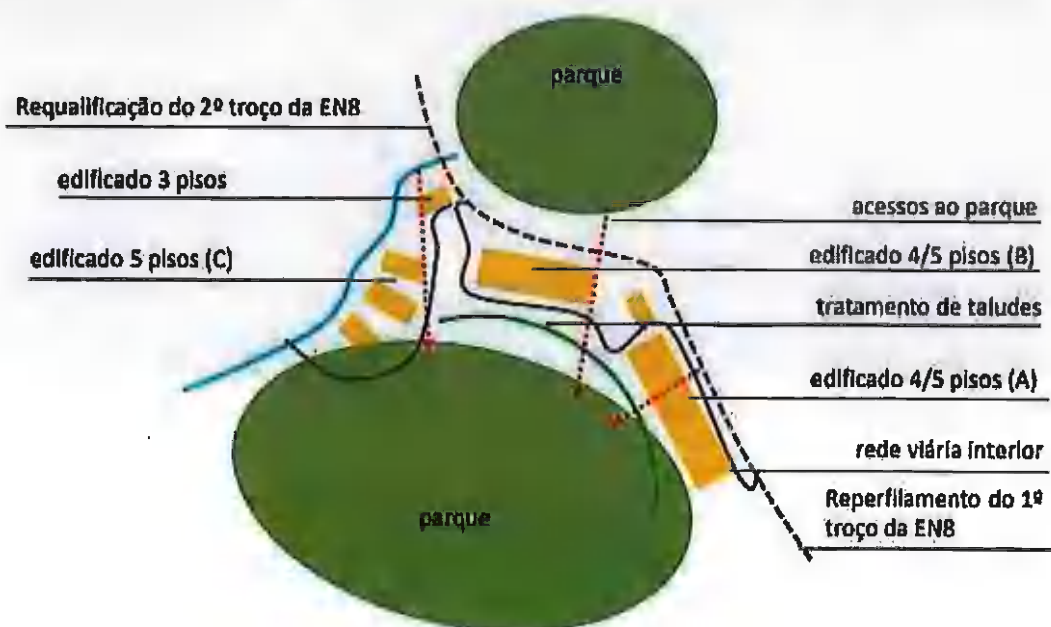
*Pm
fu*



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



Esquema 6



FIGURAS 5 E 6 – Esquemas 6 e 7, p. 49, Unidade de Execução – Encosta do Conventinho.



FIGURA 7 – Plano geral, Unidade de Execução – Encosta do Conventinho.



FIGURA 8 – Vista geral, Unidade de Execução – Encosta do Conventinho, Anexo 3 – Memória Descritiva, pág. 1.

A atenção por nós prestada à 'Unidade de Execução – Encosta do Conventinho' prende-se com a situação de contiguidade com a Quinta do Conventinho e, por consequência, com a sua importância para o seu



enquadramento paisagístico, sabendo como este é fundamental, atendendo a que a génese do bem imóvel foi um convento mendicante, em que as características do sítio foram determinantes para a escolha da sua localização e consequente desempenho. Nessa escolha, o sistema de vistas para o vale de Loures foi fundamental (como o atestam, ainda hoje, os dois miradouros construídos sobre a cerca) e é essa característica de fundação que, apesar das alterações introduzidas nas últimas décadas na paisagem – como a barreira física constituída pela A8 e EN8 –, não se deve perder. A solução ensalada na EU-EC é de compromisso, com a disposição de uma sequência de prédios com 5 pisos ao longo da EN8, que, tirando partido do desnível existente e de uma disposição em pente, procura diminuir o seu impacto na relação entre o vale / várzea de Loures e a Quinta do Conventinho / novo parque urbano. O sucesso da operação urbana depende, quanto a nós, muito da permeabilidade (física e visual) desta relação.

4. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO – CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

4.1. DELIMITAÇÃO PROPOSTA

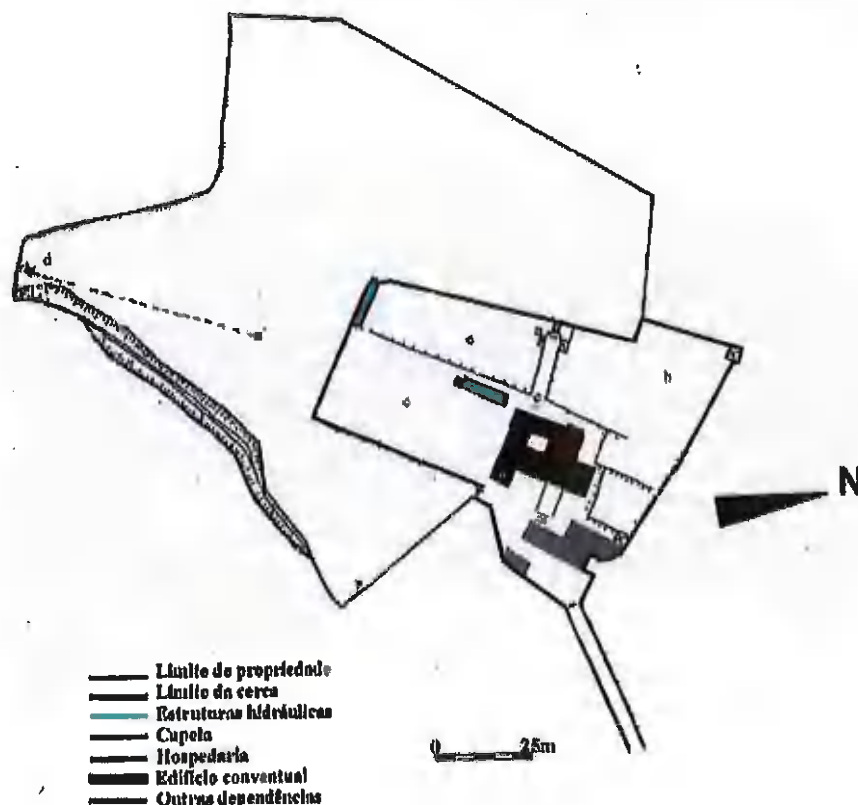


FIGURA 9 – Planta com indicação dos limites de propriedade da Quinta do Conventinho [Fonte: *De Convento a Conventinho – Biografia de um espaço*, Museu Municipal de Loures, CML, 2009, p. 23].



No espaço da antiga cerca conventual, destacam-se o miradouro no seu ângulo nordeste e os três espaços de estar e de contemplação, com suas fontes ou bicas, em nichos com cascata, decorados com embrechados, e, banco de pedra com azulejos de albarradas joaninas. Destes espaços, sobressai, pela erudição do seu desenho, a Casa de Fresco, ao fundo de um elxo perspético, que se desenvolve a partir do alçado poente do convento.»⁸

5. A QUINTA DO CONVENTINHO – USOS

O conjunto que hoje designamos por Quinta do Conventinho passou, desde a sua origem, essencialmente, por três fases de ocupação, a saber:

- 1.ª CONVENTO: Convento do Espírito Santo, convento Franciscano, da Província da Arrábida (da Estreita Observância), entre 1573 e 1834;
- 2.ª RESIDÊNCIA: Na sequência da expulsão das Ordens Religiosas em 1834, o convento é vendido em hasta pública e, desde então, passa a funcionar essencialmente como residência (permanente ou de recreio), entre 1834 e 1988;
- 3.ª MUSEU: A Câmara Municipal de Loures adquire a propriedade em 1988 e procede a uma campanha de remodelação e restauro, no sentido de adaptar o conjunto a Museu Municipal, função que ainda hoje desempenha.

⁸ *Quinta do Conventinho – Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Público*, Dossier de fundamentação, Câmara Municipal de Loures, 2021, p. 2.

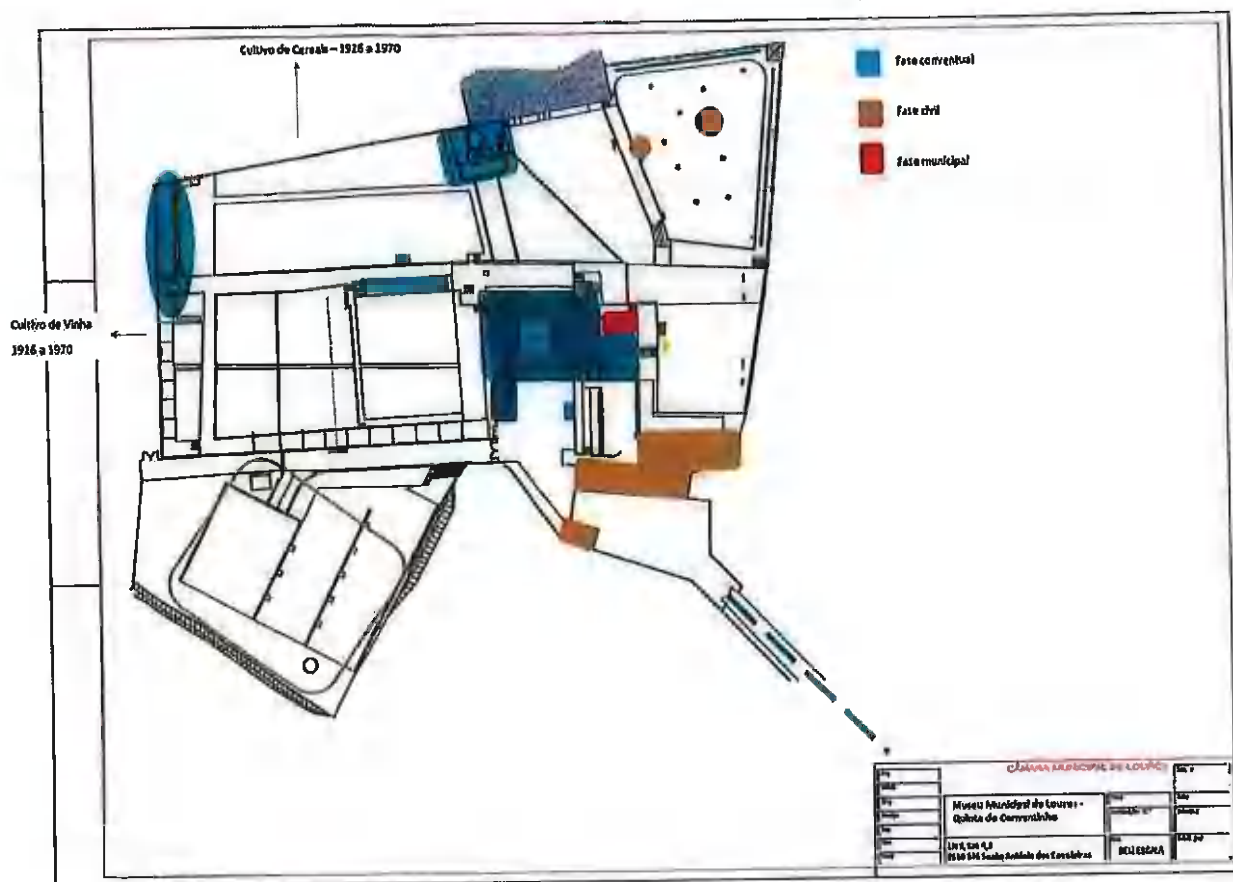


FIGURA 11 – Planta com identificação dos três momentos de ocupação do antigo convento: a fase conventual, a fase civil e a fase municipal [Fonte: Proposta de classificação, Câmara Municipal de Loures].

Quando hoje nos propomos analisar o seu valor cultural, tendo em vista a sua eventual classificação com uma graduação de interesse nacional, convém referir que interessa, sobretudo, verificar se o que sobreviveu da sua fase original – convento arrábido – possui integridade e coerência que permitam merecer aquela distinção. As inúmeras vicissitudes por que passou o imóvel, especialmente desde 1834, aquando da extinção das ordens religiosas no nosso país, interessa fundamentalmente pelo modo como esta entidade tipológica conseguiu sobreviver a diferentes apropriações e interesses e como estas souberam ou puderam respeitar o arquétipo original. E é enquanto análise tipológica que nos interessa também avaliar, de forma complementar é certo, o seu enquadramento atual no território envolvente.



6. AS ORDENS RELIGIOSAS

O raciocínio expresso considera que as ordens religiosas em geral e a forma de vida mendicante em particular – a que pertence o extinto Convento do Espírito Santo –, foram entidades de grande relevância histórico-patrimonial, pelo papel cultural que desempenharam desde a sua implantação no nosso território, nos finais da Alta Idade Média, ainda antes da formação de Portugal enquanto estado independente.

O número de casas religiosas (masculinas e femininas) foi muito expressivo no território português – na ordem das 450⁹ – o que mais releva a sua importância, como foi também expressiva a destruição / mutilação a que foram sujeitas, desde sensivelmente meados do século XVIII, por razões muito diversificadas, mas especialmente pelo anticlericalismo que ciclicamente atravessou a sociedade portuguesa em diferentes épocas, com particular destaque para a extinção das Ordens Religiosas, em 1822, depois concretizado, de modo definitivo, em 1834.

Não cabe aqui proceder à historiografia do crescente interesse que se verificou, ainda no século XIX, pela salvaguarda destas estruturas edificadas, sendo certo que durante muito tempo e até épocas bem recentes, se privilegiou só, ou especialmente, a componente artística, de onde se salvaguardaram muitas igrejas, ficando as restantes estruturas conventuais lançadas à sua sorte, com especial destaque para as suas cercas, até porque estas se situavam, frequentemente, em territórios abrangidos pelas expansões urbanas que, assim, as foram reivindicando para novas funções e interesses.

Face a esta realidade, considerámos pertinente fazer um pequeno rastreio das casas dos Franciscanos da Estreita Observância, com origem no século XVI, respeitante à província da Arrábida, de modo a verificar, por comparação, o valor relativo da casa que nos ocupa¹⁰. Esta análise permite-nos ainda verificar o “estado da arte”, no que respeita ao procedimento de classificação das casas desta província, para, numa análise sumária, verificarmos se haverá lapsos que urge retificar¹¹.

⁹ Vasconcelos e Sousa, Bernardo – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia Histórica*, Introdução, Livros Horizonte, 2005, p. 15.

¹⁰ Ver ANEXO 5, pp. 63 a 67.

¹¹ Anexam-se, igualmente, listagens [ANEXOS 3 e 4] respeitantes aos conventos franciscanos (e respetivas servidões patrimoniais) e aos conventos capuchos existentes no país, como forma de auxiliar a avaliação patrimonial da casa conventual em análise.



7. OS FRANCISCANOS (PRIMEIRA ORDEM DOS FRADES MENORES)

«O franciscanismo estabeleceu-se em Portugal em 1217 por intermédio de frei Zacarias e frei Gualter, enviados por S. Francisco de Assis com a tarefa de desenvolver uma acção profunda de propaganda com vista à fundação de novos conventos, enquadrada num período de expansão da Ordem pela Europa no Capítulo Geral de 1217. (...)»

Durante o século XIV apareceram duas correntes reformistas no seio da Ordem Franciscana: o Conventualismo (conventos amplos, disciplina regular da vida comum monástica, benefícios de dispensa no que respeita à pobreza, localizados sobretudo nos centros urbanos) e a Observância (observância integral da Regra, sem benefícios papais, disciplina austera, pregação junto da população, localizados sobretudo em meio rural). (...)»

Em Portugal, os Franciscanos organizaram-se em duas províncias, a Província de Portugal da Regular Observância e a Província de Portugal dos Conventuais ou Claustrais. Os Franciscanos Observantes, que durante o século XVI passaram a ser conhecidos por Franciscanos apenas, organizaram-se em dois conjuntos de províncias e custódias. Enquanto o primeiro grupo de províncias – que incluía as províncias de Portugal, dos Algarves, de S. João Evangelista e as custódias de Santiago Menor e da Conceição – teve origem no movimento principal da Observância, o segundo grupo – que incluía as províncias da Piedade, da Arrábida, de Santo António, da Soledade e da Conceição – era constituído por províncias que seguiam um regime de vida muito austero, o mais austero da Estreita Observância e tiveram origem em reformas observantes autónomas criadas em Espanha nos séculos XV e XVI.»¹²

8. O MODO CAPUCHO

«Seguindo a norma europeia, os *Capuchos*, mais familiarmente conhecidos por Antoninhos (a maioria dos conventos portugueses seria dedicada ao popularíssimo Santo António), instalaram-se, inicialmente, em pequenos edifícios, apartados das povoações. Na senda do Concílio de Trento, passaram a fundar casas junto às populações, escolhendo, preferencialmente, locais recônditos ou fronteiriços, onde a presença de ordens religiosas era praticamente nula, havendo uma forte necessidade de apoio espiritual, a que os elementos do clero secular não conseguiam responder. Estas novas casas, abrigando, normalmente, cerca

¹² Ana Raquel Silva, «O Convento do Espírito Santo (Loures): 240 anos de ocupação religiosa», in *De Convento a Conventinho. Biografia de um espaço*, Câmara Municipal de Loures, 2009, pp. 19 e 20.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

de vinte membros, eram apoiadas financeiramente por um padroeiro ou, já no século XVIII, pelo esforço das autoridades municipais e populações. Ao longo dos séculos XVII e XVIII assistimos, a par da construção de edifícios de raiz, à sistemática reforma dos pré-existentes, tentando-se criar uma unidade de estilo arquitectónico e decorativo que os vários cronistas denominam *modo capucho*. Esta tipologia arquitectónica era definida através de regras construtivas específicas, apontadas nos estatutos das várias Províncias, especialmente nos da Província da Arrábida, cujas normas eram bastante precisas relativamente à forma como os edifícios se deviam estruturar.»^{13 / 14}

Como se depreende, os *Estatutos* assumiram nos estabelecimentos do mundo Franciscano um papel fundamental, no sentido de procurar assegurar a pureza e austeridade do movimento. Esta realidade foi ainda mais determinante no que respeita ao ramo da Observância e, no seio desta, ao ramo mais austero da Estreita Observância, a que pertenciam os Arrábidos. Assim, estes *Estatutos*, que tudo regulavam, ditavam também as regras a observar aquando da fundação de uma nova casa, desde a sua localização (o lugar), a sua implantação (o sítio), a orientação do conjunto (mormente do templo), a sua organização / disposição tipológica (a igreja, o claustro, a hospedaria), a organização funcional da zona regal (portaria, sala do capítulo, refeitório, cozinha, dormitórios, etc.), a configuração / dimensão da cerca e a disposição dos seus elementos constituintes (mata, pomar, horta, horto de recreio, estruturas hidráulicas, etc.)¹⁵, incluindo a configuração e dimensão dos principais espaços conventuais, medidos em palmos. É certo, porém, que ao longo dos tempos os *Estatutos* foram sendo revistos e os próprios edifícios, por necessidades funcionais ou vetustez, foram sendo alterados, ampliados e, mesmo, enobrecidos.

¹³ KIT 05 Património Arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos, IHRU / DGPC, 2010, p. 12.

¹⁴ «Para acautelar estas especificações do Santo de Assis, as várias Províncias que foram nascendo neste ramo rigoroso da grande Família Seráfica, criaram Estatutos, onde abordaram estas preocupações, desenvolvendo normas construtivas que se aplicassem a todos os seus conventos, garantindo a pureza da *Regra* de que se consideravam guardiães e contribuindo para a criação do denominado *Modo Capucho*.», Ana Paula Valente Figueiredo, *Os Conventos Franciscanos da Real Província da Concelção. Análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*, Tese de Doutoramento, FLUL, Lisboa, 2008, p. 108.

¹⁵ «Da análise do conjunto das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade, observamos que toda a sua estrutura e organização espacial, funcional e de vivência é o resultado da conjugação de cinco factores: a religiosidade do espaço, a morfologia do terreno, a necessidade de rega, o tipo de vegetação e a definição de percursos.», António Manuel Xavier, *Das Cercas dos Conventos Capuchos*, casa do Sul Editora, CHAUE, 2004, p. 51.



9. OS FRANCISCANOS ARRÁBIDOS

O Convento de Nossa Senhora da Arrábida foi fundado em 1542 por Frei Martinho de Santa Maria, sob proteção de D. João de Lencastre, 1.º Duque de Aveiro, no sítio onde existiria uma antiga ermida dedicada a Nossa Senhora, dando assim origem à Custódia de Santa Maria da Arrábida. A Custódia da Arrábida foi elevada a Província em 1560, por ação do cardeal D. Henrique.

Enquanto Custódia de Santa Maria da Arrábida, fundaram-se os seguintes conventos¹⁶:

1. Convento de Santa Maria da Arrábida (Azeltão), em 1542 (casa de fundação)¹⁷;
2. Convento de Santa Catarina de Ribamar (Cruz Quebrada – Dafundo), em 1551, depois transferido para outro local próximo, em 1634;
3. Convento de Nossa Senhora de Jesus (Vale de Figueira, Santarém), em 1556, sendo transferido para local mais saudável, em 1623;
4. Convento de Nossa Senhora da Piedade (Caparica), em 1558;
5. Convento de São José de Ribamar (Algés), em 1559;
6. Convento de Santa Cruz (Sintra), em 1560.

Após a elevação a Província, fundaram-se os seguintes conventos:

7. Convento de Nossa Senhora do Egípto (Torres Novas), em 1561, o qual foi transferido, em 1591, para o Convento de invocação a Santo António;
8. Convento de Santa Maria Madalena (Alcobaça), em 1566;
9. Convento de São Miguel (Gaeiras, Óbidos), em 1569, o qual foi transferido para local mais saudável, em 1602;
10. Convento de Nossa Senhora dos Anjos (Torres Vedras), em 1570;

¹⁶ «Neste contexto [pós Revolução de 1820] das averiguações ordenadas pelo Governo, a única resposta do provincial dos Arrábidos de que dispomos, faz parte de uma relação de todas as congregações e ordens regulares com a declaração dos seus prelados maiores, na conformidade da Portaria de 30 de Agosto de 1822, onde se atesta que nas ordens mendicantes, os conventos sujeitos ao ministro provincial dos menores reformados da Província da Arrábida, eram vinte e um, entre eles o convento do Espírito Santo de Loures.», IAN/TT Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, citado por Concelção Assis Macielra, «Entre Franceses e Liberais», in *De Convento a Conventinho, Biografia de um espaço*, p. 49.

¹⁷ «Os (...) conventos, Arrábida e Sintra, são ermitérios, pois foram edificadas em lugares ermos, ainda hoje afastados de povoações e de difícil acessibilidade. Quanto à sua arquitetura é orgânica, submetendo-se à topografia acidentada das serras da Arrábida e de Sintra.», Ana Assis Pacheco, «"Humilde e abreviada arquitectura": os arrábidos e a materialização da Estrita Observância (1542-1698)», in *Lusitânia Sacra*, n.º 44, julho-dezembro 2021, p. 113.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

11. Convento do Espírito Santo (Loures), em 1573;
12. Convento de Nossa Senhora da Conceição (Alferrara, Palmela), em 1577;
13. Convento de Nossa Senhora da Conceição (Santa Iria da Azóia), em 1584;
14. Convento de São João Baptista (Santarém), em 1589;
15. Convento da Madre de Deus (Verderena, Barreiro), em 1591;
16. Convento de Nossa Senhora da Boa Viagem (Cruz Quebrada – Dafundo), em 1618;
17. Convento de Nossa Senhora da Piedade (Salvaterra de Magos), em 1626 (?);
18. Convento de Santo António (Leiria), em 1652;
19. Convento de São Pedro de Alcântara (Lisboa), em 1672;
20. Convento de São Cornélio (Olivais, Lisboa), em 1674;
21. Convento de Nossa Senhora e Santo António (Mafra), em 1717¹⁸.

Com base nesta listagem procedemos à elaboração de uma tabela (ver ANEXO 5, pp. 63 a 67) que procura fazer um ponto de situação, necessariamente muito sumário, acerca do estado de conservação / autenticidade de cada uma das casas conventuais arrábidas, com referência às servidões de natureza patrimonial existentes¹⁹.

A avaliação é realizada de acordo com a seguinte tabela:

Estado de Conservação	Estado de Autenticidade
1 - Desconhecido	1 - Demolido
2 - Em Ruína	2 - Descaraterizado
3 - Mau	3 - Muito Alterado
4 - Razoável	4 - Alterado
5 - Bom	5 - Preservado

A inclusão nas duas últimas categorias (4 e 5) pressupõe, em nosso entender, a possibilidade / oportunidade de merecerem uma classificação de graduação nacional.

¹⁸ Listagem adaptada a partir de Ana Raquel Silva, op. cit., p. 21, e *KIT 05 Património Arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos*, IHRU/IGESPAR, 2010.

¹⁹ No ANEXO 3 referenciamos a listagem dos conventos franciscanos em território nacional e respetivas servidões patrimoniais, para servir de referência de comparação à presente análise.



Analisados os dados da tabela (pp. 63 a 67), verificamos que no universo dos 21 conventos arrábidos analisados, cinco foram demolidos (números 3, 4, 16, 17 e 20), dois estão descaraterizados (7 e 13), cinco muito alterados (2, 8, 9, 10 e 14), quatro alterados (5, 11, 15 e 18) e cinco preservados (1, 6, 12, 19 e 21). No que respeita às servidões de âmbito cultural, dois conventos têm classificações de interesse municipal (7 e 15), três de interesse público (IIP – 1, 6 e 18), um monumento nacional (MN – 21) e um está integrado num conjunto de Interesse público (CIP – 19). Dois outros estão abrangidos por servidões administrativas de âmbito cultural: um por ZEP (9) e outro por ZGP (14).

Oito conventos não possuem qualquer proteção individual, nem estão abrangidos por servidão administrativa do património cultural (2, 5, 8, 10, 11, 12, 13 e 16). Destes, quatro apresentam um valor patrimonial / cultural de âmbito local (2, 10, 12 e 13) e três de âmbito nacional (5, 11 e 19).

No que respeita ao universo de conventos que face ao seu estado de conservação e de autenticidade poderão putativamente vir a merecer uma distinção nacional, sinalizados com os níveis 4 e/ou 5 na tabela, temos os seguintes exemplares:

NÚMERO	DESIGNAÇÃO	VALORAÇÃO	SERVIDÃO	OBSERVAÇÕES
1	Convento de Santa Maria da Arrábida	5 + 5 = 10	IIP (1977)	Elevação a MN (?)
6	Convento de Santa Cruz, Serra de Sintra.	5 + 5 = 10	IIP (1948) / Integra a Paisagem Cultural de Sintra, PM em 1995.	Elevação a MN (?)
11	Convento do Espírito Santo, em Loures	5 + 4 = 9	Em Estudo	Classificação como de IP
15	Convento da Madre de Deus da Verderena	5 + 4 = 9	IM (2007)	Elevação a IP (?)
19	Convento de São Pedro de Alcântara	5 + 5 = 10	Parte integrante de CIP (2010)	Classificação individual (?)
21	Convento de Nossa Senhora e Santo António, Mafra.	5 + 5 = 10	MN (1907) / Património Mundial desde 2020	



10. ANTIGO CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO EM LOURES

10.1. CRONOLOGIA²⁰

1574 – Fundação do Conventinho do Espírito Santo de Loures, 13.^a casa dos frades franciscanos da Província de Santa Maria da Arrábida, sob o patrocínio de D. Luís de Castro do Rio²¹ (que posteriormente será sepultado na capela-mor da igreja, juntamente com sua mãe).

1575 – Início da construção do edifício.

1580 – Após a morte de Luís Castro do Rio, o padroado do convento passa para o seu filho Tomé e sua mulher Brites de Sousa que ampliaram a cerca conventual, aumentando a área de produção hortícola e frutícola. O padroado do convento passa de seguida para Francisco Cirne da Silva, senhor de Refoios e da Agrela, marido da neta de Luís de Castro do Rio, D. Maria de Castro. Cirne da Silva determinou que os 30.000 reis de juro que possuía na Alfândega de Lisboa fossem destinados ao convento do qual beneficiaram os frades para uma profunda campanha de obras no convento, responsável pela sua quase total reedificação.

1646 – Campanha de obras que reedificou grande parte do convento. A igreja e a casa do padroeiro (futura hospedaria) mantiveram a sua estrutura inicial.

1709 – Nova campanha de obras, responsável designadamente pela ampliação do refeitório, reedificação das oficinas, mudança da localização da cozinha, reconstrução de uma dependência anexa, da livraria conventual e de algumas celas.

C. 1750 – Aplicação de silhar de azulejos historiados de temática mariana na igreja conventual.

C. 1770 – Revestimento azulejar do claustro e de sala na ala oeste (nova localização da Sala do Capítulo?).

1833, 10 outubro – Furto do convento por seis frades que fugiram para se juntarem ao exército absolutista.

²⁰ Dados retirados do documento *Quinta do Conventinho - Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Público*, DPU – DGPU – CML, 2021, e da obra *De Convento a Conventinho, Biografia de um espaço*, MML, CML, 2009.

²¹ Luís de Castro era irmão de Diogo de Castro, dois mercadores muito ricos, de provável ascendência judaica. Só acrescentaram o apelido Rio ao seu nome após o rei D. Sebastião conceder Carta de Brasão d'Armas a Diogo de Castro, em 1561, e lhe dar por solar a quinta do Rio, em Sacavém, com obrigação de usar o apelido Rio. Esta graça viria a ser confirmada em 1638, por Filipe IV, em Madrid. Esta nobilitação surge como reconhecimento pelos serviços prestados ao Reino por Diogo de Castro, cavaleiro da Ordem de Cristo e alcalde-mor da Covilhã e Fundão; participou e custeou algumas armadas de África e da Índia, defendeu, a expensas próprias, importantes fortalezas naqueles locais, garantindo, desse modo, o controlo do comércio da pimenta sem nunca exigir nada em troca.», Ana Raquel Silva, op. cit., p. 24.



1834 – Na sequência da expulsão das ordens religiosas de Portugal, o convento é abandonado pela comunidade e vendido em hasta pública em 22 de setembro, sendo adquirido por Theresa Bernardo de Jesus, pela quantia de 621 mil réis, para, logo em 18 de agosto de 1838, ser vendido a José Silveira, por um conto e 100 mil réis.

1853 – José Silveira vende a Quinta do Conventinho a António Bernardo da Costa Cabral, primeiro Marquês de Tomar e ministro de D. Maria II, e a sua mulher, D. Luísa Maria da Costa Cabral. O casal adquire a propriedade para a filha de ambos, que não casou. José Silveira vendeu também o casal da Mealhada, contíguo à quinta.

1912 – Luísa Maria da Costa Cabral era ainda proprietária da Quinta do Conventinho. Posteriormente a propriedade é adquirida por João Henrique Ulrich, advogado, vice-governador do BNU e irmão do governador do Banco de Portugal.

1924 – O proprietário da quinta é José de Almeida e Oliveira, negociante, autointitulado “Marquês de Sagres”.

1925, maio – José Bandeira, em conjunto com o falsificador Alves dos Reis, adquiriram a propriedade, para, logo em 1926, ser adquirida pelo alemão Joseph Gellweiler, um empresário de máquinas e acessórios para a indústria naval, num leilão de bens do Banco de Angola e Metrópole, após a prisão de Alves dos Reis e José Bandeira.

1964 – Morte de Joseph Gellweiler na Quinta do Conventinho. A sua viúva e três filhas herdaram a quinta.

1980 – Os Gellweiler vendem a propriedade a Manuel Dias das Neves, Manuel Conceição Mendes e Firmino Dias das Neves, construtores civis, em 22 de janeiro de 1980.

1987 – Acordo com a CML, para permuta, mediante autorização do loteamento da Quinta da Caldeira.

1988, 10 de fevereiro – Data da escritura, a CML torna-se definitivamente proprietária do imóvel.

10.2. LOCALIZAÇÃO

«A Quinta do Conventinho está localizada na freguesia de Santo António dos Cavaleiros²², concelho de Loures, distrito de Lisboa. O acesso faz-se por um caminho do lado direito da E. N. 8, que liga Loures a Ponte de Frielas. A quinta está implantada na vertente este da serra de Montemor, a uma altitude que varia entre os 30 e 50 metros. Sobranceira aos terrenos da várzea de Loures, localiza-se na margem esquerda da ribeira da Póvoa, próximo da sua junção com a ribeira de Loures.»²³

²² Atualmente União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas.

²³ Ana Raquel Silva, op. cit., p. 20.

Quando hoje observamos o antigo convento, e procuramos compreender as razões da sua localização e implantação, verificamos que a escolha do local obedeceu aos preceitos, quase podemos dizer, canónicos, do *modus operandi*, próprio das Províncias da Estreita Observância.

Em primeiro lugar, o convento implantou-se estrategicamente na proximidade de uma povoação de pequena ou média dimensão, a aproximadamente dois quilómetros de Loures, de modo a permitir que os frades tivessem o recolhimento necessário, mas também que levassem a cabo as ações de evangelização e assistência aos fiéis e a recolha de esmolas²⁴. Depois, o sítio situa-se a meia encosta de uma vertente virada a norte, o que implicava invernos rigorosos e verões temperados, no que era uma disposição frequente nas casas destas Províncias, numa prova de estoicismo e abnegação. Mas, mais importante, era o facto de o sítio possuir abastecimento de água, proveniente de nascente que ficava dentro de terrenos que lhes pertenciam, o que assegurava o normal funcionamento da instituição, nomeadamente na estação estival. Igualmente importante era o facto da implantação do convento a meia encosta permitir a contemplação do extenso vale que se desenvolve para nordeste, entre Loures e Frielas, facto que ainda hoje se pode verificar pela existência dos dois miradouros no limite da cerca.



FIGURA 12 – «Fotografia panorâmica da Quinta do Conventinho, de Frielas e da várzea de Loures, em 1920?» [Fonte: Centro Documentação Anselmo Braamcamp Freire - Museu Municipal de Loures, in *De Convento a Conventinho*, p. 73].

²⁴ A seleção do sítio para a implantação dos conventos estava frequentemente relacionada com a existência de ermidas no local ou com o facto de ser propriedade do patrono que financiava a sua instalação.

*Pm
tm*



10.3. A CERCA

Atualmente a Quinta do Conventinho ainda se apresenta murada em todo o seu perímetro, presumindo-se que esta estrutura coincida, total ou parcialmente, com o muro da antiga cerca, embora se verifique que apresenta troços de altura reduzida, nomeadamente a sudeste e norte, o que não permitiria a segurança e privacidade da comunidade religiosa²⁵.

Quanto à organização funcional da cerca, a mata, a existir, ficaria provavelmente implantada a nordeste, fora dos atuais muros²⁶. Já dentro da cerca, ainda hoje é possível verificar a sua organização em patamares, com os diversos tabuleiros da zona de jardim / pomar, estruturados de acordo com o sistema hidráulico que captava, armazenava, distribuía e escoava a água atendendo às necessidades funcionais, simbólicas e lúdicas da comunidade religiosa²⁷.

«A água potável do convento deveria ser captada através de uma mina que existe no exterior da cerca do convento, na encosta poente e cujo traçado desconhecemos (Figura 3, d) [Figura 9 na presente informação]. Na verdade, em toda a zona envolvente ao convento, nomeadamente Santo António dos Cavaleiros e Mealhada, se verifica a existência de várias estruturas hidráulicas afins. Também a proximidade do aqueduto de Loures pressupõe a existência de uma rede de abastecimento de água da qual, eventualmente, o convento beneficiaria. (...) No conjunto das fontes actualmente existentes, destaca-se a designada Fonte do Leão. Localizada junto ao muro a noroeste, deverá ter tido um papel relevante no abastecimento de água ao convento. (...) O abastecimento desta fonte teria origem no tanque existente junto ao muro a sudoeste, através duma canalização em meia-cana, da qual ainda

²⁵ É certo que o convento possuía terrenos para além da cerca, nomeadamente os que lhe ficavam contíguos a norte e poente, o que lhes dava alguma privacidade. Estes abrangiam, como era imperativo, o acesso à mina que abastecia o conjunto [ver figura 9].

²⁶ A disposição da mata situava-se, por norma, no ponto mais elevado e declivoso do terreno, favorecendo a infiltração da água e a estabilização dos terrenos a jusante, para além de fornecimento de lenha e a proteção das vistas para o interior da cerca.

²⁷ «Tão precioso líquido era, por isso, cuidadosamente captado, distribuído e armazenado por meio de engenhosas redes hidráulicas. Estes sistemas, nos quais poderemos incluir as intervenções de defesa contra enxurradas por meio de levadas e açudes, eram constituídos por diferentes dispositivos (internos: minas, nascentes, fontes, poços, ao nível da captação; canos, caleiras ou galerias subterrâneas, ao nível da distribuição; tanques ou cisternas, ao nível do armazenamento.», António Manuel Xavier, *Das cercas dos conventos capuchos*, Editora Licorne, 2011, p. 59.

restam raros vestígios; também desta fonte sairia uma canalização que abasteceria a cozinha conventual.»²⁸

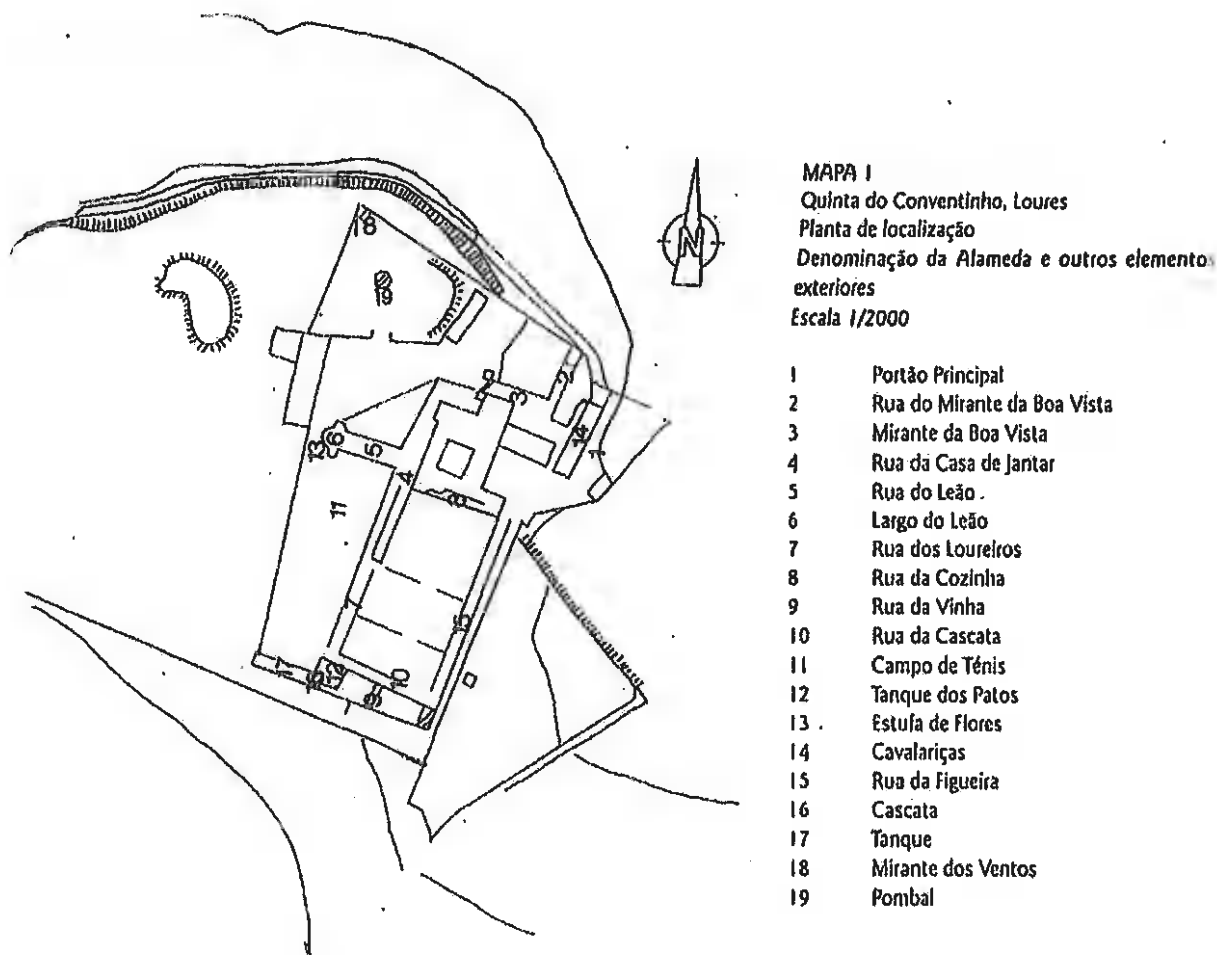


FIGURA 13 – «MAPA 1, Quinta do Conventinho, Loures, Planta de localização: Denominação da Alameda e outros elementos exteriores». [Fonte: *De conventinho, a quinta: o novo Museu Municipal de Loures*, p. 85]²⁹.

A horta ficaria certamente na zona inferior da cerca, mais plana e de fácil irrigação, sendo que na segunda metade do século XX se situava a sudeste, onde hoje se situa o parque de estacionamento, já fora da área murada.

²⁸ «Uma informação oral recolhida junto de Miguel Lorena dá conta da existência de uma cisterna entre a Fonte do Leão e a cozinha. Desconhece-se a sua tipologia e cronologia (Figura 3, e).» [Figura 9], Ana Raquel Silva, op. cit., p. 44.

²⁹ Edição da Câmara Municipal de Loures – Museu Municipal de Loures, 1998, textos de Albertina Inácio e Ana Paula Assunção.



O pomar situar-se-ia provavelmente a oeste e norte, em situação de contiguidade com o corpo conventual, de modo que os monges pudessem desfrutar da sua agradável presença. O olival, a nordeste, que ainda hoje subsiste, já existia em 1834, aquando da extinção das ordens monásticas.



FIGURA 14 – «1960? Panorâmica da Quinta do Conventinho e terrenos adjacentes.» [Fonte: Coleção Família Gellweller, Museu Municipal de Loures, *De Convento a Conventinho*, p. 75].

A igreja e corpo conventual situam-se no terço inferior da cerca, numa pequena depressão do terreno que obrigou a trabalhos de estabilização da vertente, pelo que o acesso ao conjunto, a sudeste, se faz por um pátio desnivelado, em quase um piso, face à cota de pavimento do claustro.

PM
PM



FIGURA 15 – Vista aérea de noroeste da Quinta do Conventinho. LEGENDA: 1 – Pátio de acesso; 2 – Igreja; 3 – Antiga Hospedaria; 4 – Antiga Livraria (piso 1); 5 – Pomar (?); 6 – Horta (de regadio); 7 – Fonte do Leão. [Fonte: Google Earth].

10.4. IGREJA E EDIFÍCIO CONVENTUAL³⁰

A igreja conventual, de 1573-1575, é precedida, como era norma nos mendicantes arrábidos, de galilé profunda, sobre a qual se desenvolve o coro alto. A fachada é composta por duas colunas em pedra de fuste circular liso que sustentam expressiva cornija em pedra, onde pousa, em posição central, uma concha de peregrino. O espaço da galilé, revestida com painéis de azulejo, dá serventia à portaria conventual, de onde se acede ao claustro e à antiga hospedaria, situada em corpo exterior à quadra do convento, como ditava a norma. A igreja, de nave única abobadada, separa-se da capela-mor por arco triunfal. A capela-mor possui altar setecentista, com banqueta polícroma e trono e sacrário em talha dourada.

³⁰ No ANEXO 2 procede-se a uma descrição mais pormenorizada das características arquitetónicas e artísticas do convento, nomeadamente da Igreja e claustro, de acordo com a informação que consta na 'Proposta de Classificação'.



«As paredes da capela mor apresentam quatro painéis azulejares historiados a azul e branco, de época joanina. (...) A parede do arco do cruzeiro, na face voltada para a nave, possui, enquadrando-o, pintura a fresco de grande qualidade (...) do pintor bolonhês Domenico Francia, em 1745. (...) Todo o espaço do nártex e da nave se encontra revestido de altos silhares de azulejos de albarradas joaninas. (...)

Segundo os Estatutos da Província (p. 79), a livraria e a hospedaria deveriam ser construídas fora da quadra, constituindo corpos destacados do edifício do convento. Actualmente, observam-se dois corpos destacados do edifício principal. Contíguo à capela, do lado nordeste, um edifício que seria a hospedaria, originalmente, as casas que Luís de Castro do Rio [como patrono do convento] terá feito construir para sua acomodação (Figura 3) [ver Figura 9 – Hospedaria]. (...) Na ala esquerda, formando um braço em “L” com o edifício do convento, ficaria a (eventual) livraria conventual (Figura 3, a) [Figura 9]. (...) Na campanha de obras de 1709 terá sido acrescentado o corpo em “L”, construído com o objectivo de aí instalarem (ao nível do actual piso 1) e permitir o aumento das celas (no piso superior). (...) O claustro, a sudoeste da capela, apresenta planta quadrangular. A sua planta original foi alvo de alterações não se conhecendo, contudo, pormenores. As dimensões actuais não conferem com as que são indicadas nos Estatutos da Província. É revestido a azulejos representando temas profanos, datados da 2.ª metade do século XVIII. Apresenta cobertura em abóbada.»³¹

10.5. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NO CONJUNTO CONVENTUAL

— ENQUANTO CONVENTO

Verificamos que o pequeno convento arrábido, originalmente muito modesto nas suas dimensões e materiais, foi sofrendo obras de melhoramento, nomeadamente em 1646 e 1709, quer para acorrer ao mau estado de conservação, quer por razões de programa, de modo a otimizar o seu desempenho funcional, o que implicou alterações no dimensionamento do claustro, face à necessidade de aumentar o número de celas e ampliar o refectório, bem como a construção de um novo corpo, para instalar a livraria, e a reformulação da casa do patrono, para criar a hospedaria, programas estes instalados fora da quadra, como ditavam os Estatutos.

— ENQUANTO RESIDÊNCIA

No que respeita ao século e meio em que o conjunto funcionou como residência, podemos concluir que as maiores alterações se verificaram nas comunicações verticais, com a abertura e fecho de

³¹ Ana Raquel Silva, op. cit., p. 25.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

escadas e ao adaptar, com demolições, da estreita compartimentação das celas no piso 3 às exigências dos novos residentes. Ao nível do piso 2 (claustro), as alterações foram pouco significativas, sendo de destacar o novo acesso entre o pátio de entrada e o claustro, e a adaptação a residência do corpo da hospedaria (a norte da Igreja)³².

— ENQUANTO MUSEU

O projeto de 'Reabilitação e adaptação da Quinta do Conventinho' a museu municipal visou, como o próprio nome indica, a reabilitação do conjunto, face às patologias que apresentava, e corrigir intervenções menos qualificadas realizadas pelos anteriores proprietários, bem como adaptar o conjunto a museu. A Memória Descritiva e Justificativa do projeto refere as limitações com que se deparou a equipa de projeto, nomeadamente os prazos apertados, que limitaram a investigação histórica do edifício e as limitações orçamentais estabelecidas na fase de concurso, que não permitiram algumas ações de requalificação³³.

As principais alterações no sentido de adaptar o conjunto respeitaram a:

PISO 1:

- Adaptação do espaço sob a antiga livraria (depois quarto principal do conjunto) a bar e respetivas instalações sanitárias;

PISO 2 (Claustro):

- Adaptação e ampliação do corpo da antiga hospedaria, entretanto adaptada a residência no século XX, a espaço museológico;
- Criação de bloco de instalações sanitárias na ala nascente.

PISO 3 (Celas):

- Adaptação e ampliação do corpo da antiga hospedaria, entretanto adaptada a residência no século XX, a espaço museológico;
- Criação de bloco de instalações sanitárias na ala poente.

PISO 4:

- Adaptação e ampliação do corpo da antiga hospedaria, entretanto adaptada a residência no século XX, a espaço museológico.

³² Comparar as figuras 16 e 17.

³³ «Lamenta-se, no entanto, que as limitações orçamentais existentes, impeçam a reposição da antiga cércea do telhado do corpo conventual, obra que seria fundamental para repor a sua escala original (...).», MDJ, p. 9.

Pm
TM



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

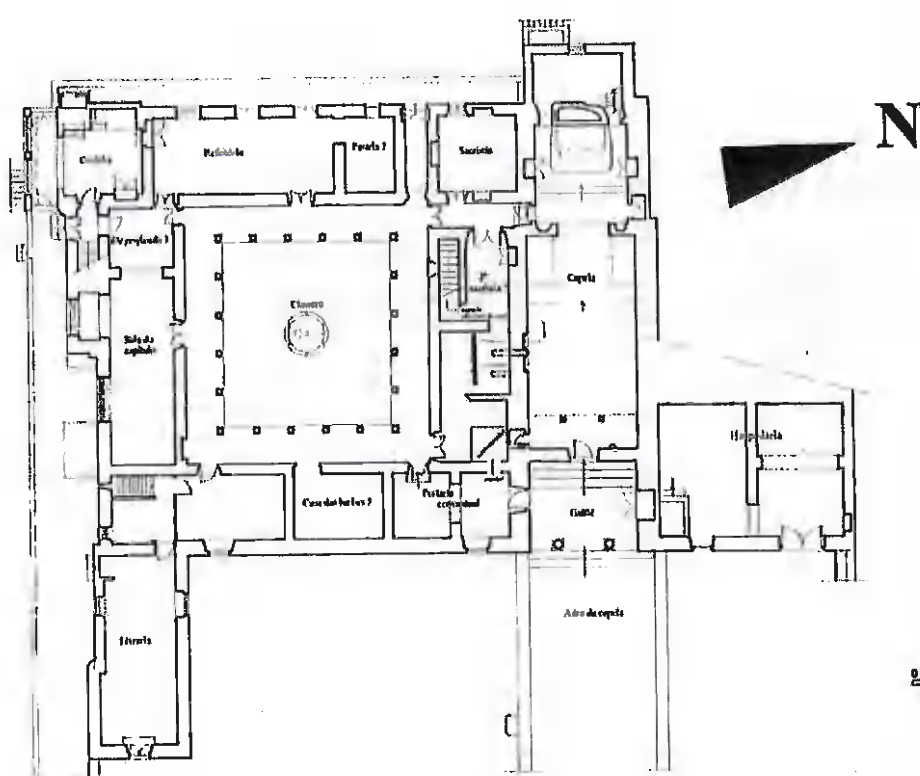


FIGURA 16 – Planta do piso 2 (claustro): «Proposta para o piso 1 do convento no século XVIII (planta adaptada de Ana Raquel Silva)» [Fonte: *De Convento a Conventinho*, p. 28].

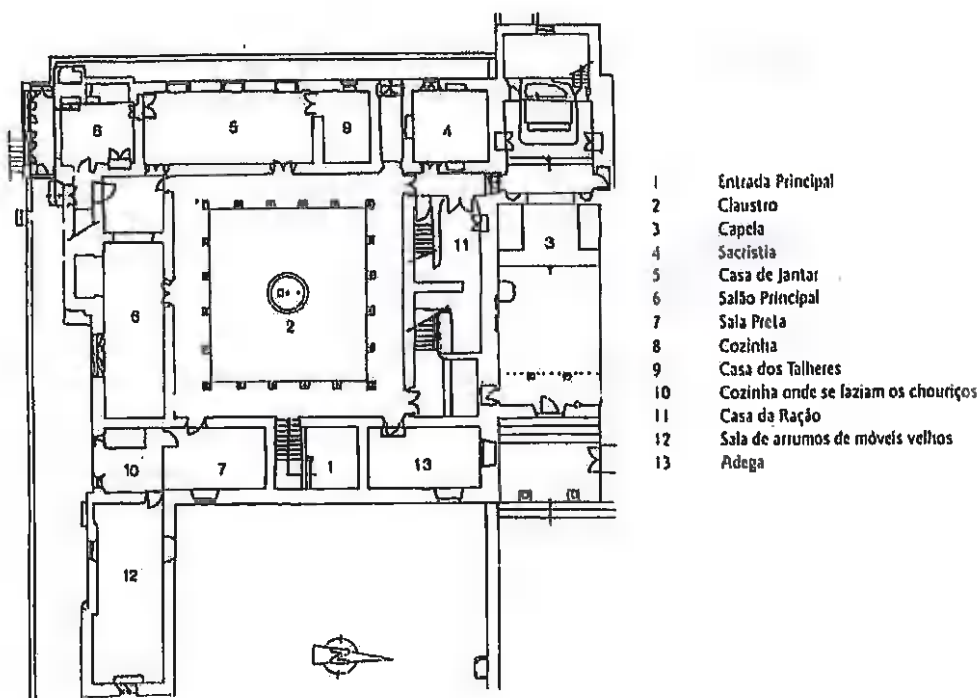


FIGURA 17 – «Quinta do Conventinho. Planta do 2.º Piso, Piso nobre [claustro] (Segundo informações recolhidas de Emília Rezinga e Emília Abrantes, em 1997, reportando-se até cerca de 1940)» [Fonte: *De Convento a Conventinho*, p. 86.]



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

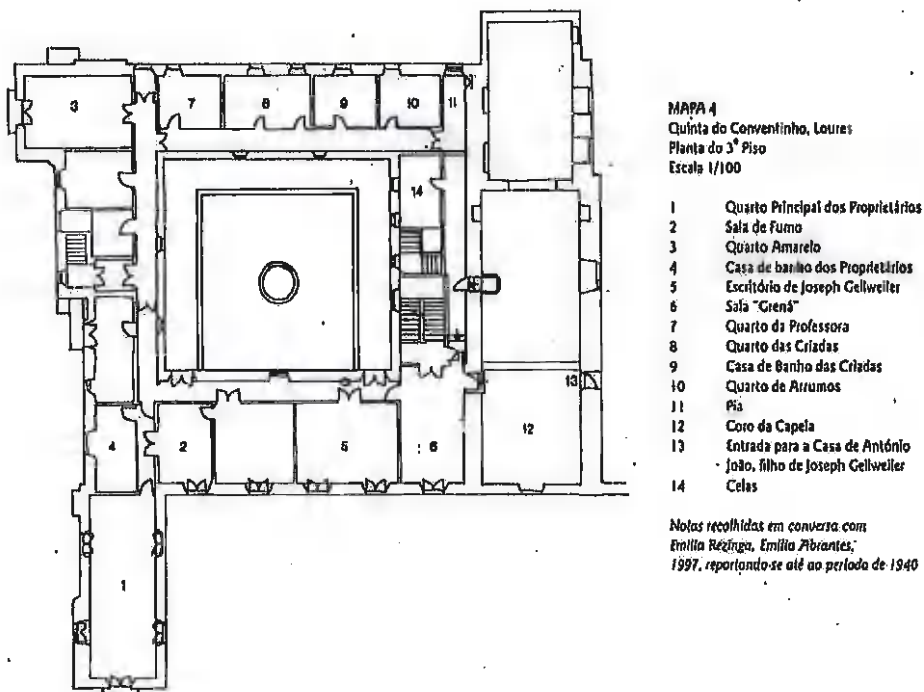


FIGURA 18 – Planta do piso 3 (celas): «Quinta do Conventinho, Loures. Notas recolhidas com Emília Rezinga e Emília Abrantes, em 1997, reportando-se até cerca de 1940» [Fonte: *De conventinho, a quinta: o novo Museu Municipal de Loures*, s/p]

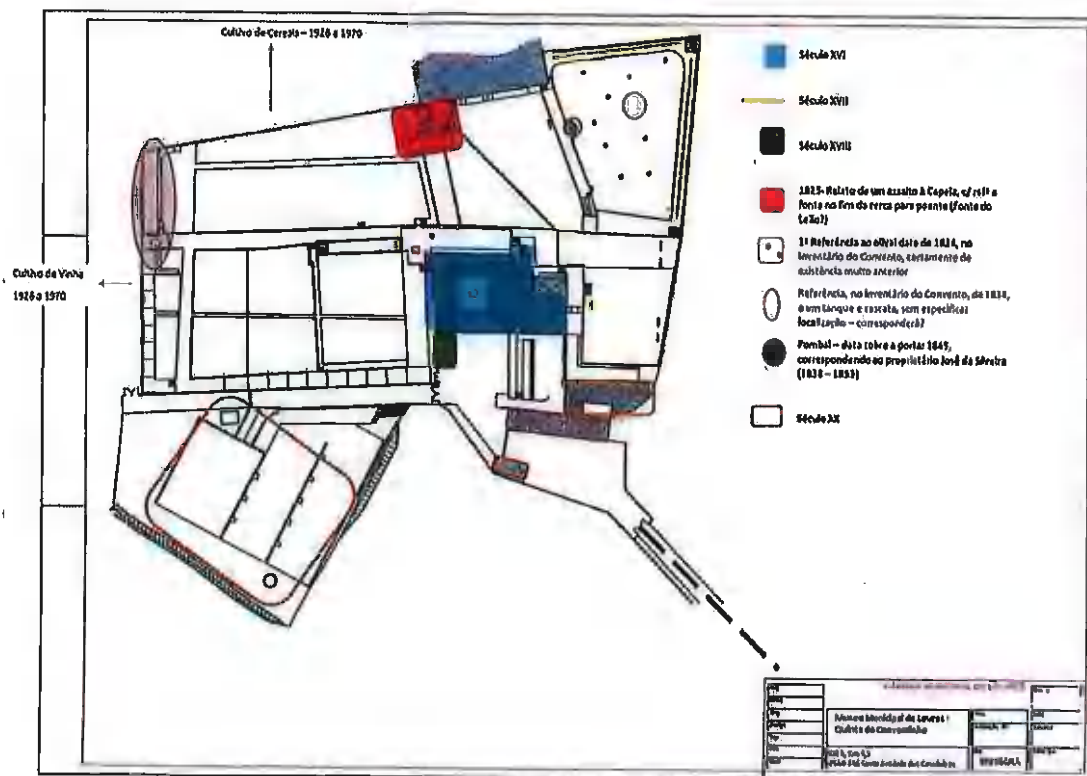


FIGURA 19 – Planta com cronologia das principais intervenções no conjunto [Fonte: Proposta de classificação, C.M.L.].



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

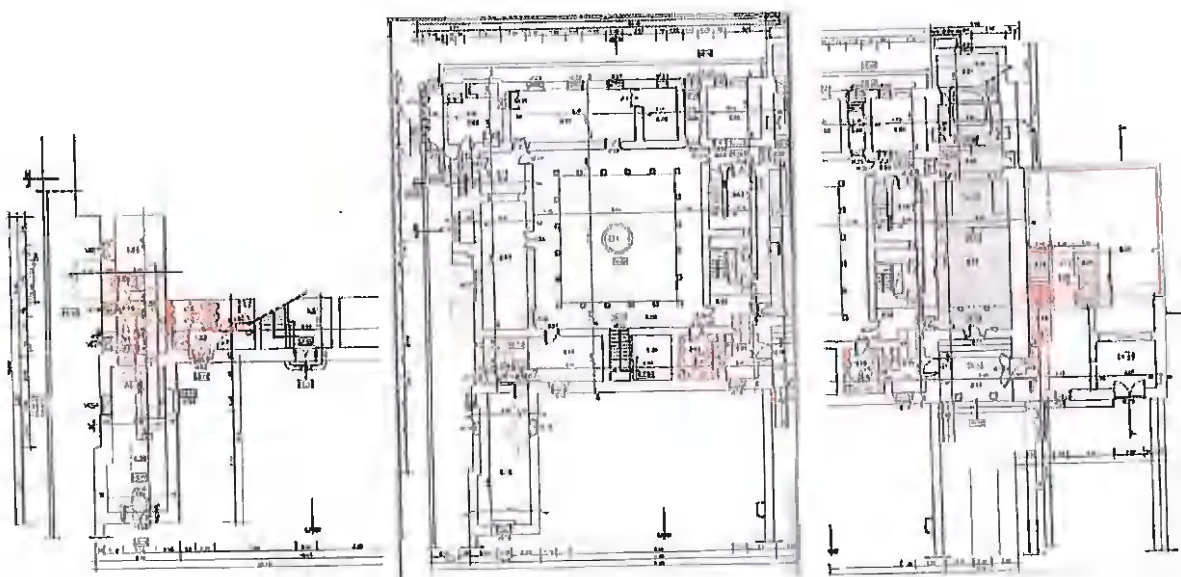


FIGURA 20 — 'Projeto de reabilitação e adaptação a museu'⁹⁴, plantas parciais respeitantes às alterações (amarelos/encarnados) respetivamente no piso 1 e piso 2 (claustro e antiga hospedaria).



⁹⁴ «Projecto de Execução para a reabilitação do conjunto edificado e espaços envolventes da QUINTA DO CONVENTINHO, no âmbito do concurso de concepção-construção promovido pela Câmara Municipal de Loures para adaptação deste edifício a Museu Municipal», da autoria do gabinete 33 ATELIER, LDA. Isabel Aires e José Cid, arquitetos.

Pm
fu



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

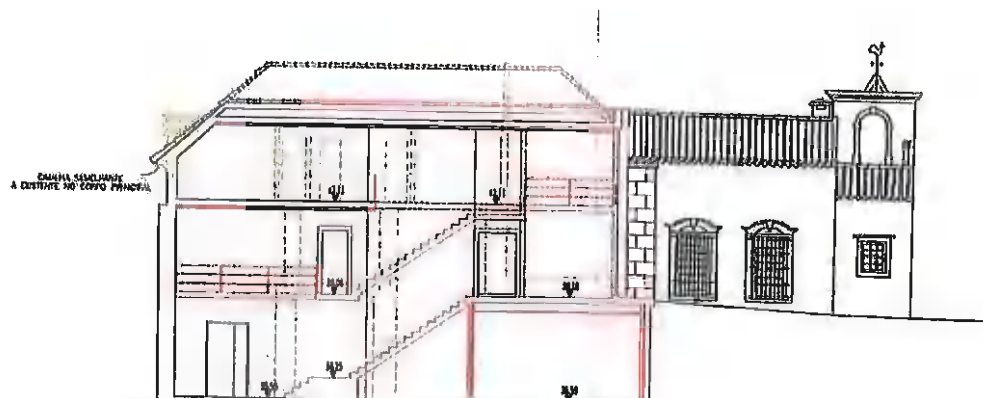
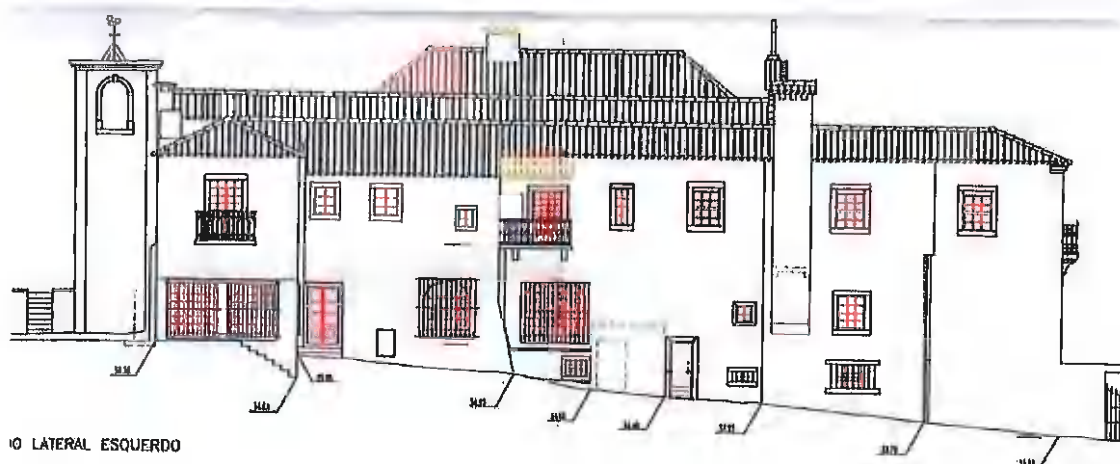
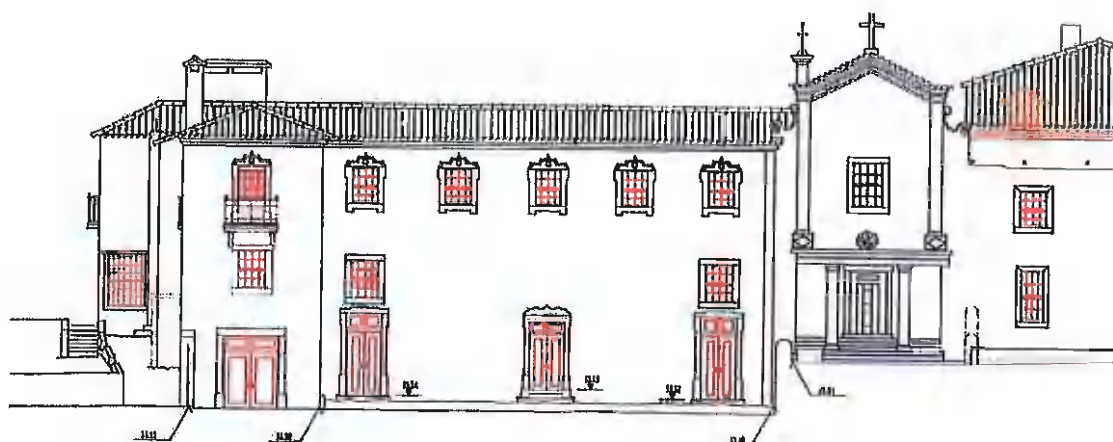


FIGURA 21 – ‘Projeto de reabilitação e adaptação a museu’, cortes respeitantes às alterações efetuadas no antigo corpo da hospedaria no sentido da sua adaptação ao novo programa (museu) [Fonte: Proposta de classificação, C.M.L.].



ALÇADO LATERAL ESQUERDO



ALÇADO PRINCIPAL

FIGURA 22 – ‘Projeto de reabilitação e adaptação a museu’, alçado poente (lateral esquerdo) e nascente (principal) respeitantes às alterações [Fonte: Proposta de classificação, C.M.L.].



Em suma, a intervenção na Quinta do Conventinho, no sentido de o adaptar a museu municipal, abrangeu o corpo do convento e as construções anexas. Foram reabilitados paredes e vãos (janelas e portas), pavimentos em madeira, tetos, coberturas, cantarias, abertos novos vãos e restaurados lambris de azulejos.

O processo de obra abrangeu ainda os chamados arranjos exteriores, em duas vertentes: a primeira, de demolição de construções obsoletas e degradadas, tais como, capoeiras, e a reparação dos muros e tanques e restauro das fontes, refúgios, miradouros e silhares de azulejos; a segunda, respeitante aos trabalhos de ordem paisagística nos espaços livres.

A visita efetuada em julho de 2022 permitiu verificar algumas situações menos próprias que deverão merecer a atenção e análise dos responsáveis:

- Os espaços exteriores apresentam-se conservados e limpos, mas as estruturas do período conventual carecem de obras de restauro / conservação, nomeadamente tudo o que se relaciona com o sistema hidráulico;
- O parque de estacionamento instalado na área da horta (século XX) a sul do conjunto, tal como se apresenta hoje, com um desenho pouco cuidado e com uma área exagerada, desqualifica a imagem do conjunto;
- Os espaços da antiga cerca podiam receber intervenções no sentido de os aproximar, por recriação, do espírito do lugar ao tempo da casa conventual;
- A estrutura em marquise de apoio ao bar é profundamente desqualificadora e deveria ser suprimida / revista.

11. PARECER

Valor Cultural da Quinta do Conventinho, antigo Convento do Espírito Santo³⁵

A avaliação dos valores culturais da Quinta do Conventinho, antigo Convento do Espírito Santo, em Loures, tem por base a bibliografia consultada, da qual se extraíram trechos essenciais para a análise efetuada na presente informação.

³⁵ A publicação, *De Convento a Conventinho, Biografia de um espaço*, coordenada por Paulo Silva, publicada pela Câmara Municipal de Loures, em maio de 2009, contextualiza a história do Convento, bem como fundamenta a sua importância e valor cultural entre os demais conventos franciscanos "Arrábidos", em Portugal.



Como se referiu, a história da Quinta do Conventinho divide-se em três grandes momentos: a ocupação religiosa (fase conventual), a ocupação civil (fase residencial) e a ocupação pública / Institucional (museu municipal).

Chegados a este ponto, coloca-se a questão fundamental de decidir propor a abertura do procedimento de classificação da Quinta do Conventinho, antigo Convento do Espírito Santo, em Loures, ou o arquivamento do pedido de abertura.

Diferentes valores podem ser identificados num monumento, conjunto ou sítio. Contudo, é importante referir que esta identificação depende da interpretação das suas características, que podem ser diferentes dependendo dos conceitos que são levados em conta ao abordar o seu significado, o tipo de comunidade ou a sociedade em que se localiza.

- **Valores emocionais:** de identidade, de continuidade, de respeito simbólico e espiritual;
- **Valores culturais:** de documento histórico, arqueológico ou temporal, estético ou arquitetónico, ambiental, ecológico, científico, etc.;
- **Valores de uso:** funcional, económico, social, educacional e político. Tendo em conta as definições dos principais autores de referência.

A identificação do significado de um monumento / conjunto / sítio é fundamental para se estabelecer qual a intervenção mais adequada para a sua conservação / salvaguarda e eventual classificação.

O Valor Cultural: de acordo com a *Carta de Burra*, sobre os sítios de importância cultural, entende-se por valor cultural o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual apreendido pelas gerações passadas, presentes e futuras. O valor cultural exprime-se pela própria materialidade do bem, pela sua estrutura, contexto, uso, significados e pelos lugares e objetos que lhe estão associados (ICOMOS Austrália, 1999). Os valores culturais são as razões que suportam a ação de classificar e conservar o património cultural. São o fundamento da caracterização de um bem como património cultural, e que por isso deve ser mantido para fruição das gerações presentes e futuras.

O Valor Arquitetónico: compreende as qualidades exemplares de desenho e proporção, e a contribuição que a arquitetura de um edifício teve na qualidade da experiência quotidiana, bem como a sua contribuição para o estilo ou período arquitetónico. O valor arquitetónico pode ser igualmente identificado pelo uso de técnicas de construção pioneiras.

No caso da Quinta do Conventinho, o valor arquitetónico advém do facto de ser uma construção realizada de acordo com os princípios dos conventos Arrábidos, e um testemunho relevante para o estudo e



conhecimento das características desses mesmos conventos, tendo sido por isso preservado nas suas características tipológicas essenciais, e com um uso compatível, o que constitui uma garantia, não só da salvaguarda do seu valor cultural, como da sua existência física, mantendo, assim, a sua autenticidade.

O Valor Religioso e Espiritual: Para os crentes, as igrejas, sinagogas, mesquitas, templos e outros locais de culto integram um significado e valor espiritual. O valor espiritual e religioso pode igualmente ser identificado em locais que foram lugares de culto, mas não são mais utilizados para este fim, como por exemplo, os conventos e mosteiros que foram convertidos a usos escolares, hospitalares, museológicos, etc³⁶.

Face a tudo o que se referiu, consideramos estar perante um património único, com base num imóvel (convento) que manteve as suas características formais / matriciais fundamentais, apesar do seu território envolvente ter sido sujeito a diversas e impactantes alterações ao longo dos séculos, nomeadamente pelo avanço do espaço urbano.

Alertamos para o valor cultural deste bem imóvel, exemplar de uma tipologia de convento franciscano, o qual ultrapassa, em nosso entender, o valor cultural municipal. Se refletirmos sobre a sua importância, quer no contexto do conjunto dos valores culturais do concelho de Loures, quer no âmbito nacional, verificamos que se trata de um património importante que muito interessa proteger. A ser assim, convirá refletir sobre a melhor forma de assegurar a sua salvaguarda.

Acreditamos que a criação de uma servidão cultural, que reconheça o seu valor intrínseco, aumenta de modo significativo a responsabilidade da sua salvaguarda e valorização, quer por parte dos proprietários (CML), quer por parte da tutela do património cultural, quer da sociedade em geral.

Nesta proposta tivemos em conta a definição de «Conjunto Histórico» contida na *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea* da UNESCO (26 de novembro de 1976) como «(...) todo o grupo de construções e de espaços (...) cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural».

Assim, foram considerados:

³⁶ Importantes testemunhos da história religiosa e da arquitetura franciscana da Época Moderna, o convento do Espírito Santo de Loures e o convento da Madre de Deus da Verderena, no Barreiro, ainda possuem os seus claustros e dependências anexas.

Pm



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- a) A cronologia da Quinta do Conventinho, antigo Convento do Espírito Santo, tendo a sua fundação sido inicialmente referenciada em 1573-75, por Luís de Castro do Rio, mercador abastado, irmão de Diogo de Castro do Rio, cavaleiro da Ordem de Cristo e alcaide-mor da Covilhã e do Fundão, e que integrou armadas a África e Índia;
- b) "O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos", uma vez que foi morada dos frades franciscanos (até à extinção das ordens religiosas, em 1834) e de personalidades civis como Costa Cabral, Conde de Tomar, entre outras individualidades. A diversidade destas individualidades e usos deu origem a um legado arquitetónico, cultural e paisagístico relevante;
- c) O seu interesse como testemunho histórico, verificando-se que constitui um importante ponto de referência da sua comunidade, sendo ilustrativo de um contexto histórico, social e cultural, com forte potencial pedagógico, enquanto fonte de conhecimento e informação acerca dos conventos franciscanos Arrábidos;
- d) O interesse artístico e arquitetónico de vários elementos, designadamente a antiga zona conventual e respetiva Igreja, bem como a cerca com os seus jardins e estruturas hidráulicas de apoio ao seu funcionamento. Neste imóvel destaca-se todo o conjunto da antiga quadra, em torno do claustro de colunas toscanas, a Igreja e a sua galilé. Na capela-mor do templo, distinguem-se os quatro painéis de azulejos historiados, a azul e branco, com temas bíblicos, de época joanina, e no altar-mor barroco, o sacrário em talha dourada e a tela (provisoriamente no Museu municipal) realizada pelo pintor régio Bento Coelho da Silveira no último quartel do século XVII, representando o Pentecostes. Ainda na Igreja, deve referir-se a pintura a fresco na parede onde se abre o arco triunfal, de quadratura, com motivos arquitetónicos e de figura, atribuída ao pintor bolonhês *Domenico Francia*.

No espaço da antiga cerca conventual, destacam-se os dois miradouros, nos seus ângulos nordeste e sudeste, e os três espaços de estar e de contemplação, com suas fontes ou bicas, em nichos com cascata, decorados com embrechados e banco de pedra com azulejos de albarradas joaninas. Destes espaços sobressai, pela erudição do seu desenho, a Casa de Fresco, ao fundo de um eixo perspetico que se desenvolve a partir do alçado poente do convento.

O valor arquitetónico que advém do facto de ser uma construção realizada de acordo com os princípios de uma "tipologia conventual arrábida", enunciada através de vários aspetos que a caracterizam, como a simplicidade, escala modesta, uso de modelos eruditos e módulos



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

matemáticos³⁷. O conjunto mantém-se hoje como um testemunho da arquitetura conventual contrarreformista;

- e) Dada a descaraterização / destruição de uma parte significativa dos conventos capuchos, nomeadamente dos arrábidos construídos em Portugal, o antigo Convento do Espírito Santo e sua cerca (Quinta do Conventinho), são um caso raro de sobrevivência no nosso país, com uma unidade arquitetónica constituída por três elementos principais: a igreja, dependências conventuais e cerca, que interessa salvaguardar e valorizar, sendo, por isso, pertinente a sua classificação;
- f) Na conjugação da sua história, sintaxe arquitetónica e património artístico que ainda contém, o imóvel espelha a importância da ordem mendicante da Província da Arrábida, para além de se constituir como exemplo de recuperação da dignidade patrimonial através da execução do projeto de requalificação e adaptação a Museu Municipal³⁸.
- g) «Considerados como “exemplos patrimoniais clássicos”, os edifícios monástico-conventuais são peças fundamentais da história do Património Cultural em Portugal. Foram dos primeiros imóveis a ser classificados como *Monumento Nacional* no início do século XX e hoje representam uma parte significativa do património imóvel português, constituindo cerca de um terço do património religioso que, por sua vez, é o segundo maior grupo dos bens classificados (representando 31,1% do total) e também aquele que contém um maior número de edifícios listados como *Monumento Nacional* (40%). Para além disso, do total de 16 bens culturais materiais inscritos por Portugal na Lista do Património Mundial, cerca de um terço (cinco) são edifícios monástico-conventuais.»³⁹

Consideramos, pelo que ficou expresso e documentado, que o antigo Convento do Espírito Santo, atual Quinta do Conventinho, possui um valor patrimonial de âmbito nacional, tendo este espaço sido ininterruptamente usado e adaptado ao longo de mais de quatro séculos, correspondendo hoje a um testemunho de relevante valor histórico, artístico, arquitetónico e simbólico-religioso.

³⁷ Ana Assis Pacheco, op. cit., p. 130.

³⁸ A adaptação do antigo convento a museu, realizada sob projeto dos arquitetos José Cid, Isabel Alres, e do designer Jorge Cid Barreto, procedeu à reabilitação do conjunto e, em nosso entender, não colocou em causa o valor cultural do bem.

³⁹ Catarina Almeida Marado, «SALVAGUARDA, VALORIZAÇÃO E REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: A EXPERIÊNCIA DOS EDIFÍCIOS MONÁSTICO-CONVENTUAIS», *Gestão do Património Cultural. Experiências e desafios*, Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2021, p. 33.

<https://sapientia.uaig.pt/bitstream/10400.1/17490/1/LIVRO%20Gesta%CC%83o%20do%20Patrimo%CC%81nio%20Cultural.%20Experle%CC%82ncias%20e%20desafios.pdf>



12. CONCLUSÃO

«Com o reconhecimento da notoriedade ou singularidade das características intrínsecas, “das qualidades” e da natureza do bem imóvel, testemunho do homem no tempo e no espaço, marca da identidade coletiva e memória da nossa sociedade, é que o bem se torna património merecedor de inclusão num regime de proteção. Significa isto que estamos perante um valor patrimonial, documento cultural, que importa salvaguardar e distinguir, protegendo-o de forma legal, ou seja, classificando-o.»⁴⁰

Sublinhando a grande influência que os Franciscanos gozavam, não só junto das populações, mas, igualmente, nas camadas sociais mais elevadas, incluindo a família real. A par dos Dominicanos, os Franciscanos detinham a maioria dos confessores dos principais membros da nobreza e das classes mais abastadas do povo, o que os tornava grupos de forte influência moral, ideológica e cultural. A posição privilegiada alcançada anteriormente consolidou-se ao longo do século XVI.

De acordo com Françoise Choay, o património histórico é uma expressão que «(...) designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade (...)»⁴¹, esse fundo é constituído não só por objetos, mas também pelo conhecimento e saberes deixados pelos antepassados.

O requerimento inicial, formulado por escrito, fornece os dados básicos solicitados no *Modelo de Requerimento Inicial* aprovado pelo Despacho n.º 7931/2010, do Secretário de Estado da Cultura, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio.

Foram analisados os elementos da instrução da proposta de classificação, com base nos critérios genéricos de apreciação preconizados no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como nos valores que o interesse cultural relevante de um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia.

⁴⁰ Conforme refere o Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no artigo «Rêgi e hoje», in *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto: 1993, 2.ª Série, vol. X: «O Património, como tal, tem de ser assumido. Só o é, verdadeiramente quando tal acontece. A tomada de consciência sobre o valor patrimonial que um qualquer imóvel possua é fundamental, e a sua «classificação legal» é uma das melhores vias para que isto aconteça. «Classificar para salvaguardar» é um bom meio jurídico, mas é pouco, ao passo que classificar por respeito e para tornar notório um imóvel é uma aconselhável via de alcance cultural. Classificar bem é uma contínua chamada de atenção para a reflexão. (...) O Património tem de ser aceite e estimado e não apenas protegido. Ele não é uma simples reserva, mas deverá ser, antes abraçável aceitação.»

⁴¹ *A Alegria do Património*.



13. PROPOSTA DE DECISÃO

Face ao exposto, e tendo em consideração os critérios genéricos de apreciação que constam do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como os valores que o interesse cultural relevante que um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia, consideramos que a Quinta do Conventinho, Antigo Convento do Espírito Santo, incluindo a Alameda das Amoreiras reflete os seguintes critérios: *a) O carácter matricial do bem; b) O génio do respetivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória histórica ou coletiva.*

A abertura do procedimento da eventual classificação da Quinta do Conventinho, Antigo Convento do Espírito Santo, em Loures, tem por principal objetivo contribuir para a valorização do património arquitetónico "arrábido" e da sua importância para a história e cultura portuguesas, patente em diversos estudos académicos e outras obras monográficas sobre alguns dos seus conventos. A classificação será o reconhecimento do valor patrimonial deste edifício para a cultura portuguesa.

Assim, no âmbito da proteção do património cultural, e atendendo ao valor de civilização e cultura acima reconhecidos, propomos a **abertura do procedimento de classificação da Quinta do Conventinho, Antigo Convento do Espírito Santo, incluindo a Alameda das Amoreiras**, na encosta da Mealhada, com acesso a partir da EN8, Km 4.3, Santo António dos Cavaleiros, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, distrito de Lisboa, conforme planta em anexo⁴².

À consideração superior,

(Paulo Martins)

Técnico Superior

(Paulo Duarte)

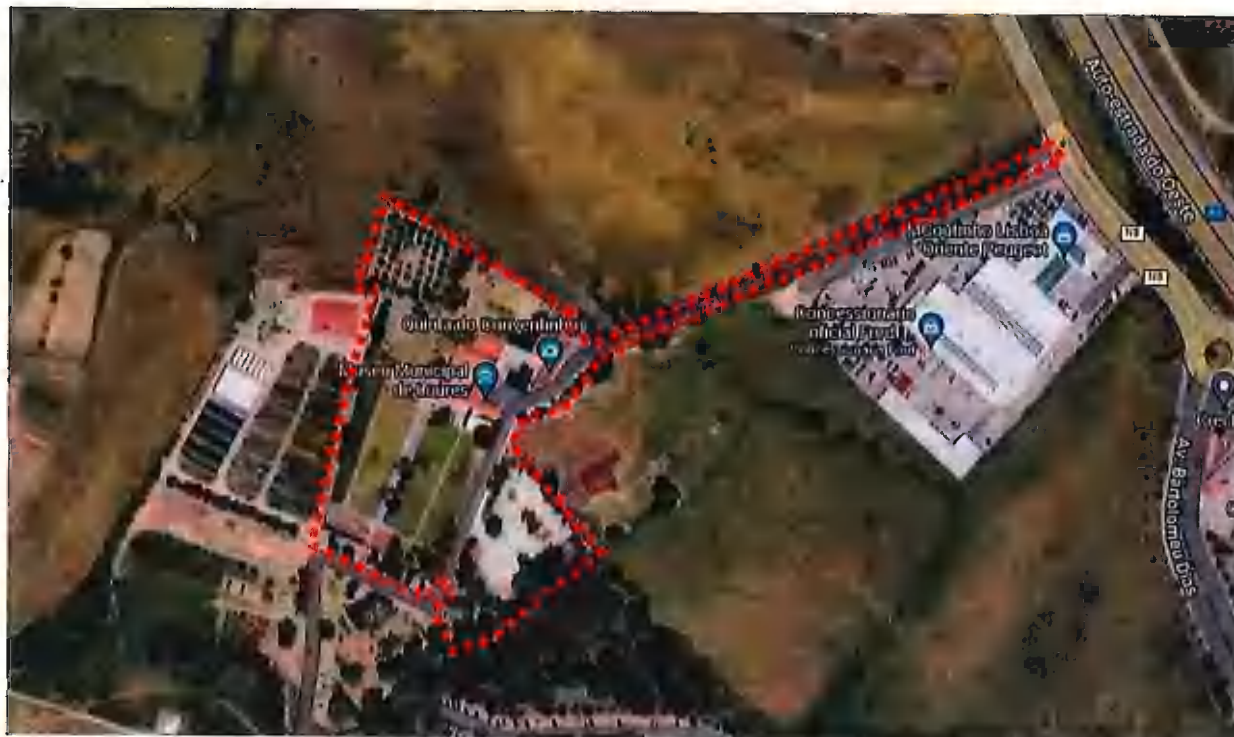
Técnico Superior

⁴² Planta indicativa da localização da Quinta do Conventinho (planta oficial a realizar posteriormente, de acordo com as normas em uso na DGPC, caso seja determinada superiormente a abertura do procedimento de classificação).



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

PLANTA INDICATIVA COM LOCALIZAÇÃO / DELIMITAÇÃO DA "QUINTA DO CONVENTINHO, ANTIGO CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO, INCLUINDO A ALAMEDA DAS AMOREIRAS", Santo António dos Cavaleiros, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, distrito de Lisboa.



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

ANEXO 1

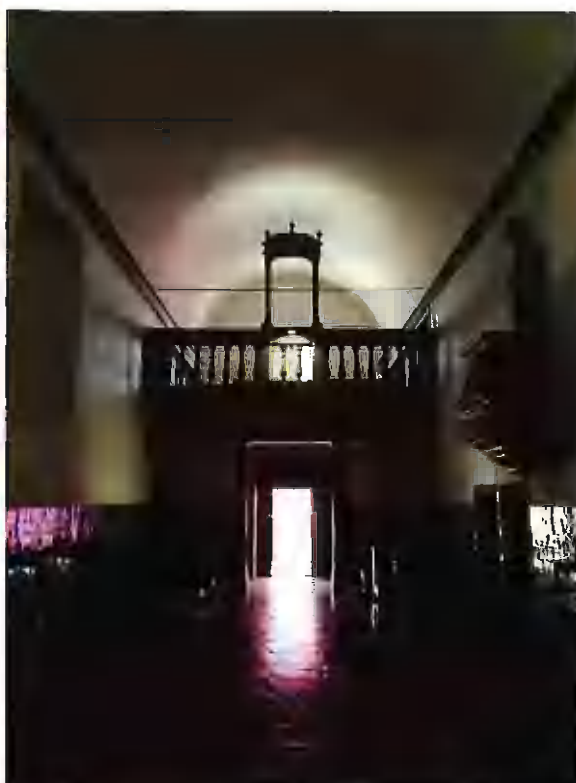
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO⁴³



⁴³ O processo de classificação e a obra *De Convento a Conventinho – Biografia de um espaço*, incluem levantamentos fotográficos exaustivos, pelo que na presente informação se recorre a um levantamento fotográfico sumário.

*Pm
pu*

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



*Pm
m*



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



Pm
tm



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

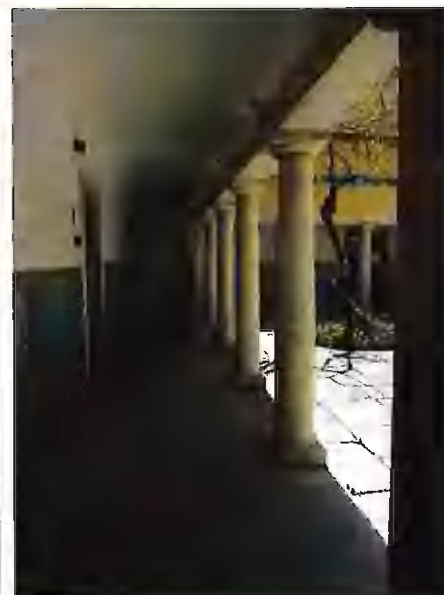
Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



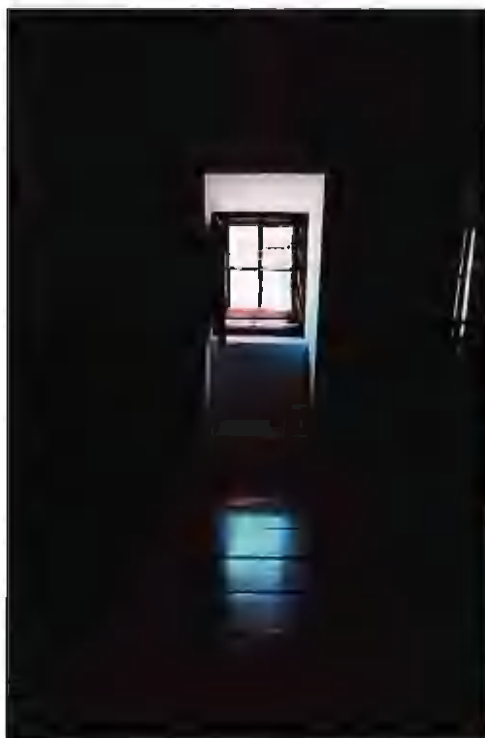
*pm
pl*



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo





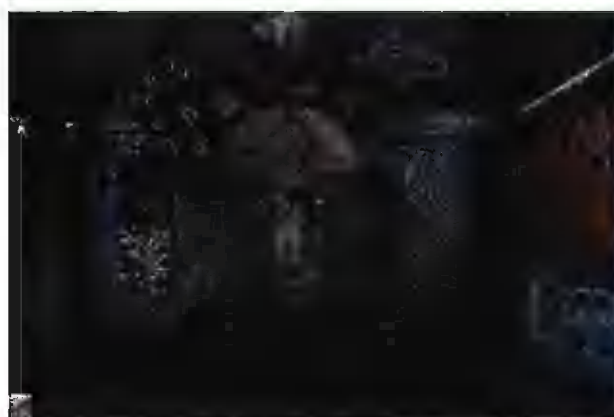
REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



*Pr
tu*



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo





REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



*Pin
m*

ANEXO 2 – DESCRIÇÃO ARQUITETÓNICA E ARTÍSTICA

«A igreja conventual, de 1573-1575, é precedida de galilé com duas colunas toscanas. Acede-se à mesma a partir do adro, mediante dois degraus de pedra. As colunas sustentam um expressivo entablamento de cornija reta, sobrepujada por uma concha de peregrino, ao centro. As paredes possuem lambris de azulejos de padrão da segunda metade do século XVIII. Um deles é coroado por decoração azulejar polícroma representando um vaso com um cipreste. No espaço da galilé abrem-se duas portas, a da esquerda de acesso à portaria conventual e a da direita de acesso à antiga hospedaria, primitiva casa dos padroeiros. O espaço de transição entre a galilé e a hospedaria é integralmente revestido a azulejo azul e branco da segunda metade de setecentos. Do pavimento da galilé, subindo três degraus acede-se à igreja, de nave única e capela-mor separadas pela parede onde se rasga o arco triunfal. A nave, de abobada de berço, possui um coro alto assente em duas colunas e portas de cantarias boleadas de acesso aos confessionários do lado do evangelho.

A capela-mor com seu altar setecentista, acede-se através de um degrau. A banqueta do altar-mor é de madeira polícroma, com trono e sacrário barroco em talha dourada. Este último, adossado a um corpo esférico dourado símbolo do mundo, é enquadrado por dois anjos em madeira pintada e de assas douradas e possui na porta, um cordeiro místico deitado no livro dos sete selos do Apocalipse e segurando o estandarte de Cristo e a cruz.

Envolvendo o sacrário, representam-se também em talha dourada a águia, simbolizando São João Evangelista e um rosto humano alado, do lado direito, representando o evangelista São Mateus. No topo um leão e um touro alados, símbolos dos evangelistas São Marcos e São Lucas. Na base, três querubins dourados, sendo o conjunto rematado superiormente por uma coroa de onde pende um reposteiro que os dois anjos seguram, abrindo-o.

Por detrás da capela-mor encontra-se o camarim, iluminado por pequeno vão. A este acede-se por duas pequenas portas à direita e à esquerda da tribuna, sobrepujadas por dois pares de colunas salomónicas que sustentam a cornija, em Saliências e reentrâncias, que serve de imposta ao arco da tribuna e que se prolonga ao longo das paredes laterais de toda a capela mor.

A tribuna do altar exibiu durante muito tempo uma tela do último quartel do século XVII representando o Pentecostes da autoria do pintor régio Bento Coelho da Silveira, hoje guardada no espaço do Museu Municipal e que se pretende seja recolocada no seu local de origem.

Sobre o arco da tribuna, observa-se ao centro, um querubim e o Espírito Santo com seu resplendor, ladeados por dois anjos, tudo em talha dourada. O teto da capela-mor é abobadado e pintado, ao gosto de finais de setecentos, tendo ao centro um medalhão representando o Espírito Santo.

As paredes da capela-mor apresentam quatro painéis azulejares historiados a azul e branco, de época joanina, com cenas do novo testamento: o “Batismo” e o “Pentecostes” do lado do Evangelho e a “Tentação” e “Cristo caminhando sobre as águas”, do lado da Epístola, separados entre si por dois nichos, com um pequeno armário para alfaia litúrgica, e, no lado oposto, uma prateleira.

Há quatro grandes janelas, sendo cegas as do lado do Evangelho e deitando para o exterior as do lado da Epístola. No intradorso destas últimas, existe pintura mural setecentista, de qualidade.

A capela-mor tem uma porta, posteriormente fechada que se abria para o exterior, no alçado norte, e, uma porta para um corredor com azulejos de finais do século XVIII e uma pequena pia de água benta, corredor este, que dá acesso à sacristia e ao claustro.

A parede do arco cruzeiro, na face voltada para a nave, possui, enquadrando-o, pintura a fresco de grande qualidade, de quadratura em motivos arquiteturais e de figura, representando as sibilas de Cumas (do lado do Evangelho) e da Eritreia (do lado da Epístola), da autoria do pintor bolonhês Domenico Francia, em 1745. As sibilas ostentam medalhões com inscrições em latim, oráculos alusivos à morte e ressurreição de Cristo. A pintura de arquitetura perspectivada representa duas pilastras suportando fortes mísulas decoradas com cabeças aladas e rematadas por volutas. Estas enquadram um nicho existente sobre o arco cruzeiro, com a representação do Calvário. As duas Sibilas estão sentadas nas volutas e por detrás destas figuras femininas, elementos pictóricos sugerem uma cobertura nervada.

Sob o arco cruzeiro, situa-se a cripta original, do fundador Luís de Castro do Rio e sua família. Os capitéis e a pedra de fecho do arco são em mármore amarelo e vermelho. Sobre a pedra de fecho, exibe-se um medalhão com as cinco chagas de Cristo.

Na cripta, no sarcófago em mármore, de Luís de Castro do Rio e sua família, lê-se a seguinte inscrição (em latim, no original, traduzido por Andreia Almeida in *De Convento a Conventinho*, 2009): *“Enquanto vivi, revolvia no meu pensamento várias diligências. Na verdade, o repouso no sepulcro que estava distante, chegou agora para mim. Se alguma vez aqui vieres, ó leitor, ler esta pedra, nada renunciasses, salvo os vermes, ao cadáver inútil. Mais feliz na sombra, o meu cadáver conserva os ossos na terra para a qual virás. Oxalá a alma alcance o céu e usufrua do doce Olimpo. Para tal, nós, por vontade divina, enquanto a vida durava, construímos um templo no qual descansam os nossos restos mortais”*. O teor é



extremamente interessante para a compreensão do contexto mental em que o convento foi produzido, aliando a referência clássica, greco-romana, à ideologia da Contra-Reforma.

Em ambos os lados da nave existem dois altares laterais setecentistas, sendo um deles da invocação de Nossa Senhora da Conceição, do lado do Evangelho. A sua fábrica foi paga por Maria Ângela de Aragão, que aí se encontra sepultada. Sobre os altares laterais existe ainda pintura mural, representando *corbeilles* de frutas, grinaldas de flores e querubins.

O pavimento da igreja é em lajes de pedra lioz rosa, no espaço do nártex, sob o coro alto e, no espaço da nave, é em tijoleira. O pavimento junto ao altar mor e as lápides sepulcrais são em lajes calcárias brancas. Todo o espaço do nártex e da nave se encontra revestido de altos silhares de azulejos de albarradas joaninas, envolvendo uma pia de água benta em pedra, junto à entrada.

Do lado do evangelho existe um púlpito setecentista, de madeira polícroma, e, fronteiro ao mesmo, uma janela gradeada, de comunicação com a antiga casa dos padroeiros.

A igreja é iluminada pela janela do coro alto, construído durante a campanha de obras de 1708, por cima da galilé, e, pelas duas janelas da capela mor (lado da epístola). A sacristia tem pavimento em lajes de pedra e lambris de azulejos com motivos bucólicos e de paisagens de época joanina. Possui um oratório com sacrário e um medalhão representando o Espírito Santo. Cristina da Silva e Luís Sanches de Baena fizeram obras na sacristia e aí foram sepultados, em data anterior a 1728.

A portaria conventual, cujo acesso se faz através da galilé por porta de cantarias boleadas, é em abóboda pintada de brutesco e motivos de plantas e pássaros característico de finais de setecentos e inícios de oitocentos. Tem pintados o emblemas da Ordem Franciscana e uma cartela com dois silícios cruzados. Possui porta de acesso ao claustro.

O claustro é quadrangular, de um só piso, e, possui nos ângulos colunas de secção quadrangular e em cada um dos lados, quatro colunas toscanas, características de finais do século XVI, ou inícios do século XVII. As colunas sustentam um entablamento liso. Os corredores do claustro são em abóbada de berço. Ao centro possui tanque circular em pedra. Tem, igualmente, no seu espaço central, plantados dois exemplares arbóreos.

Na segunda metade do Século XVIII, as paredes do claustro foram revestidas de lambris de azulejos com motivos bucólicos e paisagem a azul e branco, com cercaduras políchromas rocaille.

A sala do capítulo ocupa a ala sul da quadra. O teto é em abóboda de berço e o pavimento em tijoleira. Apresenta, no seu estado atual, paredes com lambris de azulejos da segunda metade do século XVIII, com pintura figurativa a azul e branco, em cercaduras políchromas rocaille, tal como no claustro. Os vãos que



se abrem para a antiga cerca, foram bastantes alterados, durante a ocupação do convento como casa de residência particular nos séculos XIX e XX.

A cozinha situa-se no ângulo sudoeste da quadra. É abobadada. Tem as paredes revestidas por azulejos de padrão polícromos da última década do século XVIII ou já de inícios do século XIX. Possui uma janela ou postigo de ligação ao refeitório.

O refeitório é o maior compartimento do tramo Oeste da quadra. Acede-se a partir do claustro. Possui três vãos de porta que se abrem para a cerca, para o muro revestido de albarradas joaninas, que retém o socalco do pomar. O chão está atualmente revestido de tijoleira e o teto é de masseira setecentista. As paredes têm lambris de azulejos polícromos de finais do século XVIII, com cercaduras rocaile, e, pintura mural decorativa da primeira metade de oitocentos, com representação de árvores e pássaros. Na parede do lado direito abre-se uma porta para um compartimento de apoio, que poderia funcionar como despensa.

A casa do padroeiro do convento, Luís de Castro do Rio e de seus sucessores, foi posteriormente o espaço da Hospedaria conventual. Foi construída em 1573-1575, e, desde logo, do seu piso principal se abria uma porta lateral de acesso ao miradouro sobre a várzea de Loures. A fachada principal adossada à direita da igreja, possui ao nível do piso térreo porta e janela de cantarias boleadas características de finais de quinhentos, e, ao nível do piso residencial, uma janela de moldura boleada e outra de cantarias de tratamento em várias faces, de tipo renascentista, presente em múltiplos edifícios da segunda metade do século XVI. Ao seu alçado norte encontra-se adossada uma pequena fonte com cascata, pertencente a uma das áreas de estar e de contemplação da antiga cerca conventual.

O corpo da Livraria (fora da quadra) e o tramo nascente da quadra, que constitui a fachada principal do convento, foram reconstruídos na campanha de obras levada a cabo no século XVIII. Este alçado apresenta uma grande uniformidade no desenho e na disposição dos vãos. Todas as molduras dos vãos do piso superior têm recorte setecentista, quer as janelas de peito, quer a janela de sacada da livraria. Esta compreendia 1.200 volumes aquando do inventário de extinção do convento em 1834. A porta situada ao centro do alçado nascente dá acesso a uma escada para um compartimento da quadra aberto para o claustro. Esta escada possui lambris de azulejos de tapete do século XVII. Os compartimentos do piso térreo correspondem a espaços das antigas oficinas conventuais e dependências utilitárias.

No interior do convento, a escada principal de acesso ao primeiro andar é abobadada e possui lambris de azulejos de padrão pombalinos. No primeiro andar, os tetos são em masseira e o pavimento é de soalho. Aqui se localizavam as celas conventuais, encontrando-se alguns destes espaços intactos, com pequenas

janelas deitando para o claustro. Vários compartimentos, outrora celas, modificados através dos tempos, possuem janelas de guilhotina deitando para o exterior. Neste piso, a par da livraria, dispunham-se as celas, com acomodação para dezasseis frades e ainda celas para noviços. Atualmente, esta antiga área residencial do convento, tem um fâcies setecentista, para o qual contribuem, não só os tetos, mas também as portas com suas bandeiras de vidro.

A cerca conventual, enquanto espaço de produção e de contemplação, mereceu muita atenção por parte dos frades, desde a fundação do convento. A crónica da Província de Santa Maria da Arrábida refere as suas hortas e pomares. O segundo tomo da Crónica refere mesmo a obra de Frei Pacífico da Apresentação (n. 1565 – f. 1631), frade leigo, natural de Santa Iria da Azóia e oficial de pedreiro “com particular distinção dos que exercitavam este ofício”. Frei pacífico era frequentemente enviado a outros conventos da ordem, que necessitavam dos seus serviços: “como era perito no seu ofício, sempre que os conventos necessitavam de obras, a ele cometiam os Provinciais a delimitação delas, e estudava em não faltar à perfeição quanto permitia o rigor da nossa pobreza, de que foi observantíssimo” (Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida, tomo II, 1737, Capítulo VII, 44, p. 36). Mais de um século após a sua morte, de acordo com o cronista da ordem, ainda se conservavam obras suas, “a memória do bem que as delineava e perfeição com que as concluíra, especialmente no Convento de Loures”. Aqui desenhou uma ermida da cerca, hoje desaparecida, uma fonte e tanques. Concebeu também Frei Pacífico da Apresentação, um Passeio da Cerca. Assim, em 1834 ainda subsistia a sua obra no Conventinho de Loures.

Foi com base na obra do Passeio da Cerca desenhado por Frei Pacífico que, em inícios do século XVIII e posteriormente, se foram decorando e embelezando, os vários recantos de fresco, com bancos, cascatas, azulejos de albarradas joaninas e de padrão pombalino.

Destes espaços destaca-se a Casa de Fresco ou Fonte do Leão, à qual se acede a partir de alameda situada a poente do edifício conventual. Esta alameda, também designada como Pátio do Leão dirige-se a um primeiro espaço retangular com dois bancos de pedra em forma de L e espaldares de azulejos de albarradas. Aqui abrem-se duas portas de molduras boleadas de finais de quinhentos, inseridas no muro que enquadra um recinto de paredes curvas com o tanque ao centro. Este recinto que possui bancos de pedra e paredes com azulejos de padrão pombalino, é fechado a poente pela casa de fresco, com cascata e bancos de pedra no seu interior. O vão da fachada da Casa de Fresco, com seu arco de volta perfeita, impostas e pedra de fecho saliente, é reproduzido, de modo perspético no seu interior para enquadrar a cascata. As paredes laterais da Casa de Fresco possuem painéis azulejares de albarradas joaninas, sobre bancos corridos de pedra. Sobre estes painéis e já no arranque da abóbada, a decoração é de



embrechados de conchas, pedrinhas e fragmentos de porcelana chinesa, envolvendo duas carrancas moldadas em alto relevo. Todo espaço do conjunto é pavimentado com grandes lajes de pedra.

De grande importância patrimonial são, pois, os elementos da primitiva estrutura hidráulica, dos quais se destacam o tanque central, de grandes dimensões (9mx2,5m) em lajes de pedra. O tanque sul, com as mesmas dimensões do tanque central, com lajes de pedra no fundo e no capeamento superior, possui na sua contiguidade um recanto de estar e "de fresco". Esta área de interesse patrimonial situa-se no extremo sul do principal eixo perspetivo da cerca, com orientação Norte-Sul. A parede sul, deste espaço, tem adossado um tanque de pedra de uma só peça, para onde escorre a água de uma cascata em nicho enquadrado por arco de volta perfeita, decorado com embrechados a duas cores, e ladeado por dois painéis, também de embrechados, com conchas e loiça chinesa. Nas duas paredes que enquadram este espaço existem bancos de pedra, sobrepujados de painéis de azulejos de albarradas joaninas.

A terceira área "de fresco" da cerca conventual situa-se a norte, junto à antiga hospedaria conventual. É pontuada por duas pequenas cascatas, em nicho, situadas frente a frente, deitando originalmente água para dois pequenos tanques interligados, e, com laje de pedra ao centro, para passagem pedonal. Um dos nichos está adossado à parede da antiga hospedaria conventual e o outro ao muro norte da cerca. Em ambas as paredes, junto aos nichos, do lado poente, há dois bancos corridos, capeados a pedra e situados frente a frente. São revestidos a azulejo setecentista de figura avulsa e cercaduras a azul e branco. A esta área, segue-se um percurso, originalmente sob pérgula, com vários bancos e conversadeiras e que se dirige ao Miradouro, conhecido também como Mirante da Boa Vista.

Este mirante, referido já na Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida, como sendo uma área construída, na comunidade da Casa dos padroeiros, pelo fundador, como espaço de lazer e contemplação da várzea, foi sendo sucessivamente reutilizado ao longo de toda a época conventual. As paredes e muretes que envolvem o miradouro possuem bancos de pedra e conversadeiras. O espaldar do banco adossado à parede norte possui painel de azulejos de albarradas joanino. Os muretes e conversadeiras são revestidos a azulejo de padrão pombalino. O percurso da cerca, e as várias zonas de estar associadas, possuem, em muitos pontos, suportes em pedra para uma pérgula, onde existiriam antigas latadas, de sombreamento.

A par dos elementos descritos, existem ainda na cerca conventual, outras fontes, tanques ou bicas mais pequenas pertencentes à estrutura hidráulica de rega, algumas possuindo painéis de azulejo associados. São visíveis algumas caleiras condutoras de água, a céu aberto. A cerca possuía água nativa, vinda por aqueduto de uma nascente próxima, a Sul.

Pm
M

Tem também interesse paisagístico, o mirante situado no ângulo noroeste da cerca, bem como o pombal setecentista, rodeado de olival, em razoável estado de conservação.

Igualmente interessante é a Alameda das Amoreiras que articula o portão de entrada na cerca conventual com a Estrada Nacional 8. Algumas das amoreiras são centenárias. O portão dá acesso a um pátio de entrada, com o edifício da portaria (provavelmente, edificado após a extinção do convento, em 1834) e o edifício de apoio, provavelmente estábulo ou cavalariças, na sua origem. Deste espaço acede-se à praça principal, com as entradas para o edifício conventual e, num patamar mais elevado, à igreja e à hospedaria.»⁴⁴

⁴⁴ Conforme *Quinta do Conventinho, Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Público*, Dossier de Fundamentação, CML, maio de 2021, pp. 7-20.



ANEXO 3 – LISTA DOS CONVENTOS FRANCISCANOS EM PORTUGAL – SÉCULOS XIII-XVI⁴⁵

1. São Francisco de Bragança (1214?) IIP - 1986
2. São Francisco de ~~Alenquer (1216?)~~ MN - 1910
3. São Francisco de Guimarães (1216?) IIP - 1974
4. São Francisco da Cidade de Lisboa (1217) IIP - 1993
5. Santo Antão dos Olivais de Coimbra (1218?) MIP - 2020
6. São Francisco de Évora (1224) MN - 1910
7. São Francisco de Leiria (1233) IIP - 1984
8. São Francisco do Porto (1233) MN - 1910
9. São Francisco da Covilhã (1245) IIP - 1986
10. São Francisco de Estremoz (1239) MN - 1924
11. São Francisco de Portalegre (1266) CIP - 2012
12. São Francisco ~~de Lamego (1271)~~
13. São Francisco de Santarém (1242) MN - 1917
14. São Francisco de Beja (1272) IIP - 1939
15. São Francisco de Tavira (1320) EM VIAS
16. São Francisco ~~de Loulé (1328)~~
17. São Francisco de Ponte do Lima (em Vale de ~~Pereiras~~) (1360)
18. São Francisco do Monte de Viana do Castelo (1392) IIP - 1950
19. Santa Maria de Mosteiro de Valença ~~do Minho (1392)~~
20. Santa Maria da Ínsua ~~de Caminha (1392)~~
21. São Paio do Monte de Vila Nova ~~de Cerveira (1392)~~
22. São Clemente das Penhas de Leça ~~de Palmeira (1392)~~
23. Santo António da Castanheira de Vila Franca de Xira (1402) IIP - 1996
24. São Francisco de Orgéns de Viseu (1407) MIP - 2013
25. Santa Catarina da Carnota de Alenquer (1408) IIP - 1948
26. São Francisco ~~de Setúbal (1410)~~
27. Senhora das Virtudes da Azambuja (1419) IM - 1996
28. Santa Catarina da Ribeira de ~~Santarém (TOR) (?)~~
29. Santa Cita ou São Francisco de Valbom ~~de Asseiceira (1423)~~
30. São Francisco de Chaves (1424) MN - 1938 (dentro do forte)
31. Senhora dos Anjos de Vila do Conde (1324?) IIP - 1978
32. Espírito Santo ~~de Gouveia (1433)~~
33. Santa Cristina ~~de Tentúgal (1437)~~

⁴⁵Lista dos conventos franciscanos séculos XIII-XVI. In, Henrique Pinto Rema, *A Ordem Franciscana em Portugal no século de ouro do rei D. Manuel I*, III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época, Câmara Municipal de Guimarães, 2001. <https://ch.guimaraes.pt/static/uploads/actas/3CH/2sec/3ch-2sec-008.pdf>, p. 158-161. A esta lista acrescentámos as servidões de âmbito patrimonial existentes nesta data.

Pm



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

34. ~~São Francisco de Penela (1448)~~
35. Senhora da Estrela de Marvão (1448) IIP - 1982
36. ~~São Francisco de Caria (Moimenta da Beira) (TOR)(1444)~~
37. ~~Senhora dos Vilares de Marialva (Meda) (1447)~~
38. ~~São Bernardino de Peniche (1451)~~
39. ~~Bom Jesus de Peniche (1452)~~
40. ~~Senhora do Loreto de Santiago do Cacém (1454)~~
41. ~~Santa Maria de Jeus de Xabregas (Lisboa) (1455)~~
42. Santo António de Varatojo (Torres Vedras) (1474) MN - 1910
43. ~~Senhora da Conceição de Leixões (1478)~~
44. Santo António de Ponte do Lima (1491) EM VIAS - HOMOL 1974
45. ~~Santo António de Campo Maior (1494)~~
46. São Francisco de Montemor-o-Novo (1496) IIP - 2010
47. Bom Jesus do Monte da Franqueira (Barcelos) (1497) MIP - 2019
48. ~~São Francisco de Olivença (1500)~~
49. Senhora da Piedade de Vila Viçosa (1500) MIP - 2015
50. Santo António de Serpa (1502) MN - 1910
51. Senhora da Consolação de Borba (1505) IIP - 2002
52. ~~Hospício da Senhora do Loreto de Santiago de Cacém (1505)~~
53. ~~Santo António de Sines (1504)~~
54. ~~Senhora da Consolação de Monfortinho (1515-1595)~~
55. ~~Santo Onofre da Golegã (1515)~~
56. ~~São Vicente do Cabo (Algarve) (1516)~~
57. Santo António de Faro (1516) MIP - 2014
58. ~~Senhora do Paraíso de Silves (1516)~~
59. ~~São Francisco de Elvas (1518)~~
60. ~~São Francisco de Lagos (1518)~~
61. ~~Santo António do Pinheiro da Chamusca (1519)~~
62. Santo António de Portalegre (1522) MIM - 2022
63. ~~São Frutuoso de Braga (1522)~~
64. ~~Senhora da Encarnação de Vila do Conde (1522)~~
65. Senhora dos Mártires do Alvito (1524) MIP - 2011
66. Santo António de Alcácer do Sal (1524) MIP - 2012
67. Santo António de Aveiro (1524) MN - 2002
68. São Francisco de Ferreirim (Tarouca) (1525) IIP - 1944
69. ~~Espírito Santo de Cartaxo (1525)~~
70. Senhora do Seixo do Fundão (1526) MIM - 2021
71. Santo António da Figueira da Foz (1526) IIP - 1978

Pm
tm



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

72. Santo António de Abrantes (1526) IM - 1977
73. Santo António ~~do Estoril (1527)~~
74. Anunciada ~~de Tomar (1528)~~
75. Senhora da Esperança de Portimão (1530) IIP - 1993
76. São Boaventura ~~de Coimbra (1530)~~
77. Santo António ~~de Odemira (1531)~~
78. Santo António ~~de Estremoz (1537)~~
79. Senhora da Visitação de Vila Verde dos Francos ~~(Alenquer) (1540)~~
80. Santo António dos Olivais (1539) IIP - 1963
81. Senhora da Arrábida (Azeitão) (1542) IIP - 1977
82. Senhora dos Prazeres ~~do Barreiro (1542)~~
83. Senhora da Piedade de Salvaterra ~~de Magos (1543)~~
84. Bom Jesus de Valverde (Évora) (1544) IIP - 1962-2010
85. Santa Catarina de Ribamar ~~(Algés) (1551)~~
86. Colégio de São Pedro de Coimbra ~~(TOR) (1545)~~
87. Senhora da Assunção da ~~Vidigueira (1545)~~
88. São Francisco de Moura (1547) MIP - 2013
89. Santo António de Loulé (1546) EM VIAS - 1984
90. Bom Jesus de Valhelhas ~~(Manteigas) (1548)~~
91. São Francisco ~~de Portel (1547)~~
92. Senhora da Piedade da Caparica ~~(Almada) (1550)~~
93. Santo António ~~da Covilhã (1553)~~
94. Senhora do Amparo de Verdelha ~~(Alverca) (1553)~~
95. São Francisco do Vimieiro ~~(Arraiolos) (TOR) (1554)~~
96. São Francisco de Vale de Figueira ~~(Santarém) (1556)~~
97. São José de Ribamar ~~(Algés) (1559)~~
98. Santa Cruz de Sintra (1560) IIP - 1948
99. Santo António de Castelo Branco (1562)
100. Senhora da Esperança de Belmonte (TOR) (1564) IIP - 1986
101. Santa Maria Madalena de Vestiaria ~~(Alcobaca) (1566)~~
102. São Francisco de ~~Vila Real (1568)~~
103. Santo António de Torre de ~~Moncorvo (1569)~~
104. Senhora da Conceição de Messejana (1567) Senhora da Piedade - ? - Em Vias?
105. Santo António de Vale da Piedade ~~(Gaia) (1569)~~
106. Senhora dos Anjos do Barro/Torres Vedras (1570)
107. Santo António dos Capuchos de Lisboa (1570) IIP - 1986
108. Senhora do Socorro de Alcochete (1572) IM - 1996 (PÓRTICO)
109. Santo António ~~de Trancoso (1570)~~
110. Senhora da Caridade do Sardoal (1571) IIP - 1970



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

- 111. Santo António de Penamacor (1571) MIP-2020
- 112. Senhora do Loreto de Paio Peles (~~Tancoes~~) (1572)
- 113. Espírito Santo de Loures (1573) EM ESTUDO
- 114. Santo António de ~~Évora~~ (1576)
- 115. Conceição de Alferrara (~~Palmela~~) (1576)
- 116. São Francisco de Viana do Alentejo (~~TOR~~) (1580)
- 117. São João da Pesqueira (~~TOR~~) (1581)
- 118. São Francisco de Vila Nova de Erra (~~Coruche~~) (~~TOR~~) (1582)
- 119. Santo António de Penela (1576) IIP-1996
- 120. Senhora da Conceição da Ribeira de ~~Santarém~~ (1584)
- 121. Conceição de Castelo de Vide (1585) MIP-2014
- 122. Hospício da Conceição de ~~Setúbal~~ (1584)
- 123. São João Baptista de ~~Santarém~~ (1589)
- 124. Senhora dos Anjos do Sobral de ~~Vila Franca~~ (1590)
- 125. Madre de Deus da Verderena (Barreiro) (1591) IM-2007
- 126. Santo António de Torres Novas (1591) IM-2002
- 127. Convento de Alter do Chão (1595) IIP-1983
- 128. Santo António da Lourinhã (1598) MN-1910

ANEXO 4 – LISTA DOS CONVENTOS DAS PROVÍNCIAS CAPUCHAS EM PORTUGAL
1 - Conventos organizados por Província

Província	Localização	Designação	Data fundação	N.º IPA
Arrábida	Alferrara	Nossa Senhora Conceição 1	1576	PT031508020014
	Arrábida	Santa Maria 2	1542	PT031512040081
	Azóia	Nossa Senhora Conceição 3	1584	PT031107130061
	Caparica	Nossa Senhora da Piedade 4	1550	PT031503020043
	Gaeiras	São Miguel 5	1602	PT031012080009
	Leiria	Santo António 6	1651	PT021009120006
	Lisboa	São Pedro de Alcântara 7	1685	PT031106150407
	Mafra	Nosso Sr. e St. António 8	1730	PT031109090001
	Mealhada - LOVARES	Espírito Santo 9	1573	
	Oeiras	N. Senhora Boa Viagem 10	1602	
	Oeiras	São José de Ribamar 11	1551	PT031110090099
	Olival	São Comélio 12	1675	
	Palhais	N. Senhora dos Prazeres 13	1542	
	Pereiro (Santarém)	Santo António 14	1590	
	Ribamar	Santa Catarina 15	1634	
	Salvaterra de Magos	N. Senhora da Piedade 16	1543	
	Sintra	Santa Cruz 17	1560	PT031111050021
	Torres Novas	Santo António 18	1591	
	Verderena	Madre de Deus 19	1591	PT031504050018
Conceição	Arcos de Valdevez	São Bento 20	1677	PT011601340059
	Caminha	Santo António 21	1630	PT011602070044
	Coimbra	Santo António da Estrela 22	1712	PT020603020036
	Fraga	Santo Cristo 23	1749	PT021817040031
	Insua	Santa Maria 24	1392	PT011602120003
	Lamego	São Francisco 25	Séc. XIII	PT011805010074
	Lisboa	N. Senhora Conceição 26	1707	
	Melgaço	N. Senhora Conceição 27	1746	PT011603180044
	Monção	N. Sr. da Glória e S. Bento 28	1748	PT011604170011
	Mosteiró	Santa Maria 29	1392	PT011608030013
	Orgens	São Francisco do Monte 30	1407	PT021823190031
	Pinhel	Santo António 31	1731	PT020910170012
	Ponte de Lima	Santo António 32	1480	PT011607350045
	Porto	Santo António da Cidade 33	1747	PT011312120035
	São Pedro do Sul	São José 34	1751	PT021816140005
	Serém	Santo António 35	1635	PT020101120131
	Torre de Moncorvo	São Francisco 36	1569	PT010409160053
	Viana do Castelo	Santo António 37	1625	PT011609310048
	Viana do Castelo	São Francisco do Monte 38	1392	PT011609310047
	Vila Cova de Alva	Santo António 39	1713	PT020801180012
Piedade	Vila Real	São Francisco 40	1569	PT011714240091
	Viseu	Santo António 41	1635	PT021823240358
	Alter do Chão	Santo António 42	1617	PT041201010009
	Barcelos	São Francisco 43	1649	PT010302140070
	Beja	Santo António 44	1608	PT040205130030
	Braga	São Francisco 45	1522	PT010303370061
	Estremoz	Santo António 46	1535	PT040704030031
	Évora	Santo António 47	1578	PT040705210088
	Faro	Santo António 48	1524	PT050805040034
	Fronteira	Santo António 49	1613	PT041208020010
	Lagos	São Francisco 50	1518	PT050807060034



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

	Loulé	Santo António 51	1546	PT050808090010
	Moura	Santo António 52	1684	PT040210070019
	Portalegre	Santo António 53	1522	PT041214080022
	Portel	São Francisco 54	1547	PT040709050007
	Portimão	N. Senhora Esperança 55	1539	PT050811030011
	Redondo	Santo António 56	1605	PT040710020012
	Silves	Nossa Senhora Paraíso 57	1518	PT050813070027
	Tavira	Santo António 58	1612	PT050814060030
	Valverde	Bom Jesus 59	1544	PT040705040056
	Vidigueira	N. Senhora Assunção 60	1545	PT040214040006
St. António	A. Galega Marceana	Santo António 61	1600	PT031101020048
	Alenquer	Sã. Catarina da Camota 62	1408	PT031101110038
	Anadia	Santo António 63	1700	
	Cantanhede	Santo António 64	1675	PT020605040021
	Cernache Bonjardim	São José 65	1699	
	Chamusca	Sto. António do Pinheiro 66	1519	PT031407030031
	Coimbra	Sto. António da Pedreira 67	1602	PT020603020213
	Condeixa	Santo António 68	1750	
	Lisboa	St. Anto. Convalescença 69	1640	PT031106390387
	Lisboa	Sto. Anto. dos Capuchos 70	1570	PT031106450153
	Lousã	Santo António 71	1750	PT020607030039
	Palo de Pelo	Nossa Senhora do Loreto 72	1572	PT031420030010
	Penela	Santo António 73	1576	PT020614050004
	Pombal	N. Senhora do Cardal 74	1707	PT021015090017
	Sertão	Santo António 75	1635	PT020509120008
	Sobral Mté Agraço	N. Senhora dos Anjos 76	1590	
	Vila Franca de Xira	N. Senhora do Amparo 77	1553	
	Vila Franca de Xira	St. Anto. da Castanheira 78	1402	PT031114090015
Soledade	Abrantes	Santo António 79	1526	PT031401130058
	Arrifana do Sousa	Santo António 80	1663	PT011311240074
	Aveiro	Santo António 81	1524	PT020105060012
	Azurara	N. Senhora dos Anjos 82	1518	PT011316040016
	Castelo Branco	Santo António 83	1562	PT020502050088
	Chaves	São Francisco 84	1673	PT011703500100
	Coimbra	Sto. António dos Olivais 85	1538	PT020603180030
	Covilhã	Santo António 86	1553	PT020503190017
	Franqueira	Bom Jesus do Monte 87	1497	PT010302590178
	Fundão	Nossa Senhora do Seixo 88	1526	PT020504170016
	Guimarães	Santo António 89	1663	PT010308040086
	Idanha-a-Nova	São Francisco 90	1630	PT020505030039
	Ourém	Santo António 91	1600	
	Penafiel	Santo António 92	1663	PT011311240074
	Penamacor	Santo António 93	1571	PT020507100006
	Porto	Sto. António do Calvário 94	1735	
	Real	São Frutuoso 95	1522	PT010303370061
	Sardoal	N. Senhora da Caridade 96	1571	PT031417030004
	Tomar	Anunciada 97	1528	PT031418070028
	Vila Nova de Gaia	Vale da Piedade 98	1562	PT011317160047

ANEXO 5 – CASAS DA PROVÍNCIA ARRÁBIDA [ANÁLISE SUMÁRIA]

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

N.º	Concelho	Data	Convento	Estado de Conservação	Estado de autenticidade	Ficha SIPA / CS - DGPC	Classificação/Servidão Administrativa
1	Setúbal	1542	Convento de Santa Maria da Arrábida / Convento da Arrábida.	5 Bom	5 Preservado	IPA - PT. 031512040018 CS. 10223 CS. 6372	Imóvel de Interesse Público (IIP) – Decreto n.º 129/77, DR, 1.ª série, n.º 226 de 29.09.1977. Propriedade da Fundação Oriente. Utilização atual cultural e recreativa: edifício multituosos.
2	Almada, Caparica	1558	Convento de Nossa Senhora da Piedade	4 Razoável	3 Muito alterado	IPA - PT. 031503020043	Sem proteção de âmbito patrimonial Utilização atual cultural e recreativa: edifício multituosos. Foi sujeito, em data relativamente recente, a profundas obras de reconstrução.
3	Oeiras, Cruz Quebrada-Dafundo	1551	Convento de Santa Catarina de Ribamar	1 Desconhecido	1 Desconhecido*	CS. 8941 - 84/9(32) (Salvaguarda)	*Não localizado
4	Santarém, Vale de Figueira	1556	Convento de Nossa Senhora de Jesus	1 Desconhecido	1 Desconhecido*		*Não localizado
5	Oeiras, Algés	1559	Convento de São José de Ribamar	3 Mau	4 Alterado	IPA - PT. 031110090099	Sem proteção de âmbito patrimonial Em 2009 teve projeto aprovado na CMO.
6	Sintra	1560	Convento de Santa Cruz, Serra de Sintra.	5 Bom	5 Preservado	IPA - PT. 031111050021 CS. 10627	Imóvel de Interesse Público (IIP) – Decreto n.º 37 077, DG, 1.ª série, n.º 228 de 29 de setembro 1948. Integra a Paisagem Cultural de Sintra, Património Mundial da Humanidade em

7	Torres Novas	1561/ 1591	Convento de Nossa Senhora do Egípto (transferido em 1591 para o Convento de invocação a Santo António)	5 Bom	2 Descaracterizado	IPA - PT. 031419140017 CS. 28395	1995. Sob a gestão da Parques de Sintra desde 2000. Em 2013 a empresa iniciou um complexo processo de restauro e requalificação. Interesse Municipal (IM) , Deliberação da Assembleia Municipal de Torres Novas, de 03 de abril de 2002. https://www.casadosarrabidos.com/pages/gallerv.htm Capela: culto. Propriedade da SC Misericórdia de Torres Novas. Estruturas conventuais: Esta propriedade teve vários titulares, até que, em 2004, os atuais proprietários a transformaram em Unidade de Turismo em Espaço Rural, aproveitando todos os vestígios do antigo Convento e dos seus anexos, dando-lhe o nome de "Casa dos Arrábidos".
8	Alcobaça, Évora de Alcobaça	1566	Convento de Santa Maria Madalena (atualmente é vulgarmente conhecido por Capela do Senhor dos Aflitos).	4 Razoável	3 Muito alterado	IPA - PT. 031001080052 (Sem processo DGPC)	Sem proteção de âmbito patrimonial. Propriedade privada Capela aberta ao culto. Restantes edifícios conventuais são propriedade privada.
9	Óbidos, Gaeiras	1569	Convento de São Miguel (Transferido para outro local em 1602)	4 Razoável	3 Muito alterado	IPA - PT. 031012080009 CS. 20162	Abrangido pela zona especial de proteção (ZEP): Cidade Romana de <i>Eburobritium</i> (SIP). Portaria n.º 424/2013, DR, 2.ª série, n.º 122, de 27-06-2013 / Declaração de retificação n.º 990/2013, DR, 2.ª série, n.º 178, de 16- 09-2013.

Departamento dos Bens Culturais
 Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

Fases das obras de recuperação: https://www.oestecim.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=accf9247-3a2f-4866-b110-5d60bf04de50 A 27 de Julho de 1994 a Associação de Municípios do Oeste adquiriu o Convento de São Miguel das Gaeiras, tendo dado início às obras de reabilitação, recuperação e restauro em abril de 1998.							
10	Torres Vedras, Barro	1570	Convento de Nossa Senhora dos Anjos	3 Mau	3 Muito alterado	IPA - PT. 031113150025 CS. 18527	Sem proteção de âmbito patrimonial Adaptado a sanatório / hospital. Em 1993, o Sanatório do Barro passou a ser designado por Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior. Devoluto. O antigo Hospital Dr. José Maria Antunes, será reabilitado para dar origem ao Torres Vedras Health Park for Multidisciplinary Care, através a de uma parceria entre a Câmara Municipal de Torres Vedras e a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, consolidada por via de um <u>memorando de entendimento</u> assinado entre estas duas entidades em 2019.
11	Loures	1573	Convento do Espírito Santo, Loures.	5 Bom	4 Alterado	IPA - PT. 031107240001 CS. 17639	EM ESTUDO Sem proteção de âmbito patrimonial
12	Setúbal, Palmela (Alferrara)	1577	Convento de Nossa Senhora da Conceição	2 Em ruína	5 Preservado	IPA - PT. 031508020014 CS. 10785? (salvaguarda)	Sem proteção de âmbito patrimonial https://books.openedition.org/cidehus/9291

							Em 2016 foram realizadas obras estabilização estrutural e percurso de visita. Projeto: VM/SA arquitetos [Victor Mestre e Sofia Aleixo].	
13	Loures, Santa Iria da Azóia	1584	Convento de Nossa Senhora da Conceição	3 Mau	2 Descaraterizado	IPA - PT. 031107130061 (Sem processo DGPC)	Sem proteção de âmbito patrimonial	
14	Santarém	1589	Convento de São João Baptista	4 Razoável	3 Muito alterado	IPA - PT. 031416120080 CS. 17273?	Abrangido pela ZGP dos Restos das muralhas de Santarém (IIP). Decreto n.º 11 445, de 13-02 1924, inserido na coleção do 1.º Semestre de 1926 (converteu a classificação para IIP) / Decreto n.º 3 027, DG, I Série, n.º 38, de 14.03.1917. (Só existe a igreja)	
15	Barreiro, Verderena	1591	Convento da Madre de Deus da Verderena	5 Bom	4 Alterado	IPA - PT. 031504050018 CS. 25374	Interesse Municipal (IM), Aviso n.º 18 805/2007, DR, 1.ª série, n.º 190 de 02.10.2007 Em 1969, o Convento é adquirido pela Câmara Municipal do Barreiro, já em estado de degradação. Em 1995, a Câmara Municipal do Barreiro aprovou obras de remodelação do Convento, para recuperar o traçado original do edifício e adaptá-lo a novas funcionalidades (na antiga Capela realizam-se conferências, reuniões, espetáculos, exposições, etc.; o antigo refeitório dos monges é agora um bar).	
16	Oeiras, Cruz	1618	Convento de nossa Senhora da Boa Viagem		1 Demolido	IPA - 00036361 CS. 233633		

PM
TM

	Quebrada – Dafundo		Convento de Nossa Senhora da Piedade		1 Desconhecido	1 Desconhecido*			
17	Salvaterra de Magos	1626 (?)							*Não localizado
18	Leiria	1652	Convento de Santo António dos Capuchos	3 Mau		4 Alterado	IPA - PT. 021009120006 CS. 27976 CS. 34248		Imóvel de interesse público (IIP) – Decreto n.º 28/82, DR, 1.ª série, n.º 47 de 26.02.1982 ZEP – Portaria n.º 316/94, DR, 1.ª série-B, n.º 121 de 25.05.1984.
19	Lisboa	1672	Convento de São Pedro de Alcântara	5 Bom		5 Preservado	IPA – PT031106150407 CS. 184200 (entre outros)		Integrado na classificação do Bairro Alto. Conjunto de Interesse Público (CIP), Portaria n.º 398/2010, DR, 2.ª série, n.º 112 de 11 junho 2010 / ZEP, Portaria n.º 398/2010, DR, 2.ª série, n.º 112 de 11.06.2010; Declaração de Retificação n.º 874/2011, DR, 2.ª série, n.º 98 de 20.05.2011. Sem processo de classificação DGPC
20	Lisboa, Olivais	1674	Convento de São Cornélio			1 Demolido*			*Não localizado
21	Mafra	1717	Convento de Nossa Senhora e Santo António, Mafra.	5 Bom		5 Preservado	IPA. PT03110909001 CS. 14155 CS. 10179		Monumento Nacional (MN), Decreto de 10.01.1907, DG, n.º 14 de 17.01.1907, Decreto de 16.06.1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23.06.1910. ZEP - Portaria, n.º 178/92, DR, 2.ª série, n.º 127 de 02.06.1992. Património Mundial, UNESCO, 2020, DR, 2.ª série, n.º 234 de 02.12.2020.

PM
fm

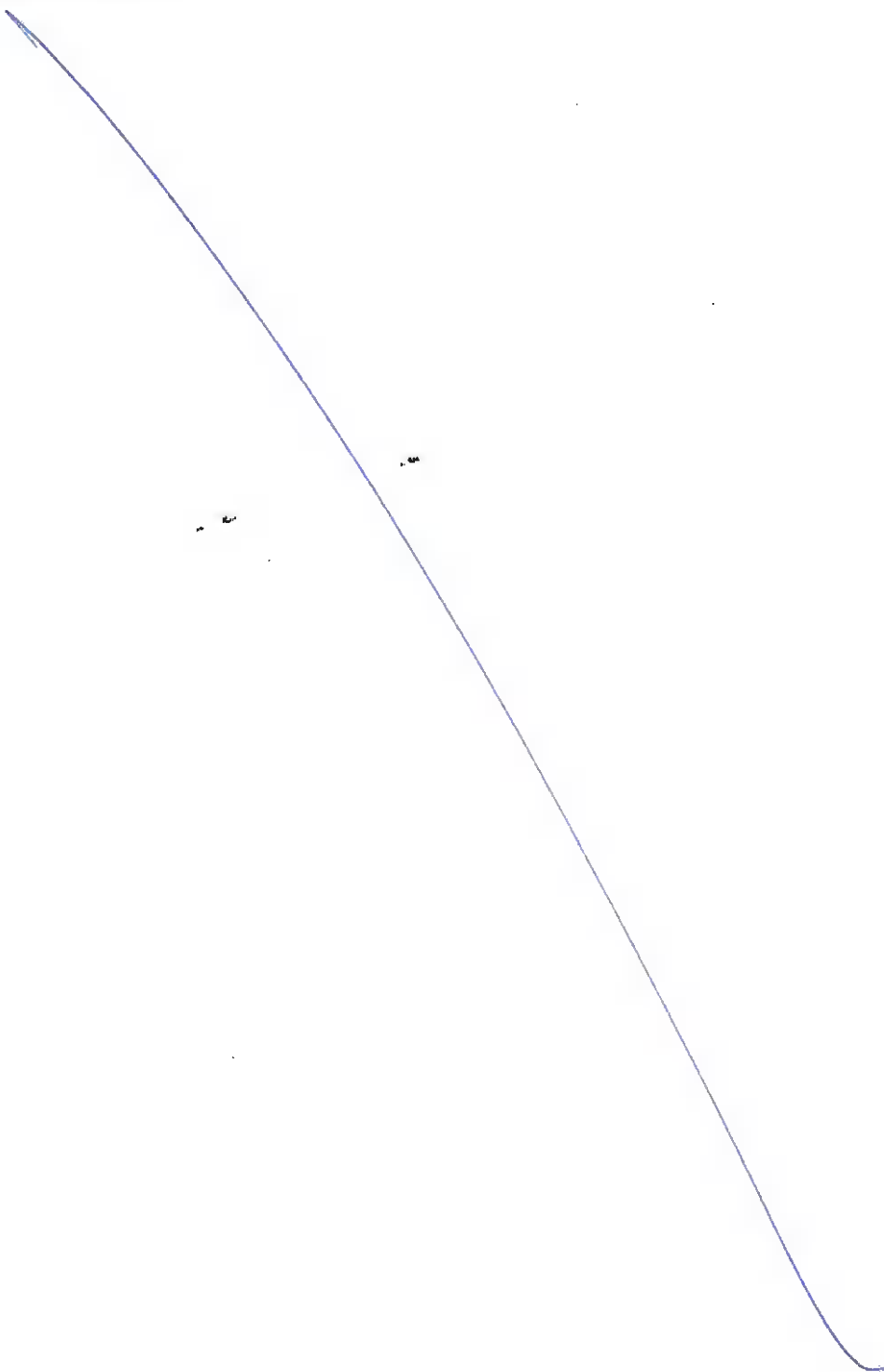


REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo



Quinta do Conventinho, Antigo Convento do Espírito Santo, incluindo a Alameda das Amoreiras

Encosta da Mealhada

União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas

Concelho de Loures

■ Proposta de delimitação do imóvel a classificar (em estudo)

□ Zona geral de proteção (ZGP) a criar

